

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

*Independência ou Revolução?*

Uma análise do processo de independência de Angola a partir da sua transformação de guerra anticolonial a microcosmo da Guerra Fria (1961-1975)

Brunna Bozzi Feijó

Porto Alegre

2011

Brunna Bozzi Feijó

*Independência ou Revolução?*

Uma análise do processo de independência de Angola a partir da sua transformação de guerra anticolonial a microcosmo da Guerra Fria (1961-1975)

Trabalho de conclusão de curso para obtenção de graduação em História, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Luis Dario Teixeira Ribeiro

Porto Alegre

2011

Brunna Bozzi Feijó

*Independência ou Revolução?*

Uma análise do processo de independência de Angola a partir da sua transformação de guerra anticolonial a microcosmo da Guerra Fria (1961-1975)

Trabalho de conclusão de curso para obtenção de graduação em História, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: cinco de agosto de 2011

Conceito: A

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Prof. Luis Dario Teixeira Ribeiro (Orientador)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Profº Drº Enrique Serra Padrós  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Profº Drº José Rivair Macedo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*A Andrea e Marcos*

*Vida das pessoas é assim mesmo. Pessoa às vezes faz uma coisa sem poder pensar que essa coisa vai dar muita volta, vai esticar tanto até dar numa maka grande que vira a vida da gente. Como uma chuva que está ainda começar com gotas pequeninas, que começa ainda trazer alegria na cara dos monandengues, sem ninguém poder adivinhar nessa chuva pequenina a chuva grande que vai fazer cair o barro das cubatas e estragar a semente nas lavras, é assim também outras coisas que vêm na vida das pessoas.*

*Porque a raiva que deu essas makas todas tinha saído na ordem da Cotonang. Cotonang é que dava todas ordens ali na terra, a pessoa até não podia mais saber se é ele Cotonang que estava muene-puto. O povo andava trabalhar no algodão, estava ainda arranjar bocado dinheiro pra pagar imposto, pra comprar roupa, pra mandar os filhos na escola. Mas algodão ninguém podia comer, tinham mesmo de capinar nas lavras de mandioca, nas lavras de milho e de feijão. É aí que saiu toda maka.<sup>1</sup>*

Jofre Rocha, *Estórias do Musseque*.

---

<sup>1</sup> Cotonang: “Cia. Geral dos Algodões de Angola”, que detinha o monopólio do cultivo e da comercialização desse produto no país;

Cubata: habitação de restos de materiais de construção; “barraco”;

Maka: discussão;

Monandengue: criança;

Muene-puto: expressão para se referir às autoridades coloniais portuguesas.

## **Resumo**

A independência de Angola, comparada à grande onda das independências africanas entre as décadas de 1950 e 1960, aconteceu tardiamente. Compete para tanto a própria estrutura do colonialismo português, que se manteve completamente avesso à marcha irrefreável das descolonizações que ocorreriam no cenário mundial tendo terminada a Segunda Guerra Mundial, de forma que somente a partir da queda do regime salazarista português, em 1974, seriam abertos canais de diálogo para efetivar a liberação de Angola. Uma vez agendada a independência, seria preciso garantir a governabilidade do novo país, e os mesmos grupos que lutaram ao longo de treze anos contra o jugo português entrariam em novo conflito, desta vez entre si, pela hegemonia política do novo país. Dito isso, o presente trabalho versa acerca do processo de independência angolano, em que três pontos lhe dão fundamento: (i) a composição do aparato colonial português para o século XX; (ii) a formação e a atuação dos principais grupos nacionalistas de Angola ao longo da guerra de libertação nacional; por fim, (iii) o modo como a pátria angolana se tornaria um microcosmo da Guerra Fria entre a instauração do governo de transição, em janeiro de 1975 e a noite de onze de novembro de 1975, quando os dirigentes do MPLA declaram a independência do país.

**Palavras-chave:** Angola – independência – MPLA – FNLA – UNITA – Guerra Fria

## **Abstract**

Angola's independence was tardy if compared to the numerous African independences that took place in the fifties and sixties. This was due in part to the structure of the Portuguese colonialism, which remained impervious to the unstoppable march of decolonization that occurred in a global level following the end of the Second World War. Indeed, it was only after the overthrow of the Salazar regime in Portugal, in 1974, that dialogue channels were opened, allowing for the liberation of Angola. Scheduled the independence, the governability of the new country had to be assured, and the same groups that fought against Portuguese control for thirteen years clashed against each other for the political hegemony in the new country. Given these facts, this paper analyzes the Angolan independence process, focusing on three aspects: (i) the Portuguese colonial structure in the twentieth century; (ii) the formation and performance of the main nationalist groups in Angola, throughout the war of national liberation; (iii) the way in which the Angolan nation became a microcosm of the Cold War, from the establishment of the transition administration, in January 1975, to the night of November 11, 1975, when MPLA (Portuguese acronym for People's Movement for the Liberation of Angola) leaders declared the independence of Angola.

**Key words:** Angola – independence – MPLA – FNLA – UNITA – Cold War

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola

FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio

JSN – Junta de Salvação Nacional

MPLA – Movimento Popular para a Libertação de Angola

MFA – Movimento das Forças Armadas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da União Africana

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

UNITA – União Nacional para a Libertação Total de Angola

UPA – União das Populações de Angola

UPNA – União das Populações do Norte de Angola



## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>1. A arquitetura colonial portuguesa da Conferência de Berlim ao Século XX ...</b>	<b>15</b>
1.1 A ocupação portuguesa em Angola e a Conferência de Berlim (1885) .....	15
1.2 A arquitetura legal do colonialismo português para o século XX: a construção da nação “pluricontinental” e “multirracial” .....	20
<b>2. Da guerra de libertação nacional à queda do regime salazarista-marcelista (1961-1974) .....</b>	<b>27</b>
2.1 O surgimento do MPLA e do UPA/UPNA .....	27
2.2 A eclosão da luta de libertação nacional em Angola (1961) .....	32
2.3 A atuação de MPLA, FNLA e UNITA na guerra de libertação nacional .....	35
2.4 <i>Orgulhosamente sós</i> : o desmembramento da nação “pluricontinental e multirracial” .....	41
<b>3. Do Acordo de Alvor à independência: o <i>imbróglio</i> de janeiro a novembro de 1975 .....</b>	<b>47</b>
3.1 O Acordo de Alvor e a instauração do Governo Provisório em Angola .....	47
3.2 De janeiro a novembro (1975): a intervenção de Gerald Ford, o rompante sul-africano e a Operação Carlota .....	51
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>56</b>
<b>Mapas .....</b>	<b>58</b>
<b>Referências .....</b>	<b>62</b>

## **Lista de Mapas**

Mapa 1. As regiões administrativas de Angola .....	58
Mapa 2. Mapa etno-lingüístico de Angola .....	59
Mapa 3. A ação de guerrilha do MPLA em 1969-1970 .....	60
Mapa 4. Mapa político da África Austral .....	61

## Introdução

“Devemos o fim da colonização à luta de libertação dos povos subjugados e vencidos, e só a ela, ou temos de imputá-la também à decadência das metrópoles, incapazes de administrar o imenso capital que haviam acumulado? Ou terá ele sido o resultado das pressões do mundo exterior conjugado a outros fatores?”, questiona-se Marc Ferro em sua *História das Colonizações* (1996). Por trás da pergunta estão os movimentos de libertação da África, que ao final da Segunda Guerra Mundial eclipsaram o imperialismo europeu para iniciar uma nova página na história dos nacionalismos africanos.

À luz do processo de independência de Angola, os questionamentos acima tomam proporções singulares. Em Angola, o colonizador esteve desde o início à contramão de suas contrapartes européias: quando na segunda metade do século XIX, o capitalismo industrial recorria à ação do Estado para lançar a outras áreas do globo os tentáculos do capital monopolístico, Portugal, que não passara pelas experiências tanto da Reforma quanto da Revolução Industrial, recorria à via armada para assegurar a posse de territórios aos quais teria uma relação fundamentalmente comercial e extrativa. No século XX, finda a década de ouro do fascismo europeu (1935-1945), o movimento das descolonizações seria impulsionado de forma irrefreável, tomando novo fôlego a partir da década de 1950, de maneira que o ano de 1960 faria surgir um mapa africano geopoliticamente novo. Neste ínterim, ao contrário das manobras internacionais em prol das independências, Portugal buscava apertar ainda mais os laços que o unia às suas “províncias ultramarinas” – eufemismo salazarista para “colônias”.

Aos angolanos restariam poucas opções além de pegar em armas. Iniciada em 1961, a guerra de libertação nacional em Angola provocaria a fuga de inúmeros refugiados de seu território de origem, milhares de mortos, a inquietação de uma África do Sul contrária à emancipação política de um país sob o comando de autoridades negras, além de, no ano de 1974, mais precisamente no dia 24 de abril, a queda do regime salazarista português.

Com Portugal, as colônias derrubariam uma metrópole que orgulhosamente se apegava a antigos títulos imperiais, alimentando sem previsão de término uma guerra extremamente perniciosa para ambos os lados. Mas em Angola, a independência, sinalizada no Acordo de Alvor de janeiro de 1975, não foi garantia de governabilidade.

Nos treze anos da guerra travada contra o jugo português (1961-1974), o nacionalismo angolano não logrou formar uma frente única e homogênea que pudesse assumir o controle do país uma vez independente. Esse trajeto de luta anticolonial produziu três

grupos distintos, capazes de disputar a adesão popular e o reconhecimento externo que constituem os pilares da hegemonia política dirigente: o Movimento Popular pela Independência de Angola (MPLA), chefiado por Agostinho Neto; a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), cujo chefe era Holden Roberto; e, por fim, um grupo que entrara posteriormente em cena, a União Nacional para a Liberação Total de Angola (UNITA), cuja liderança fora um pretérito participante tanto do MPLA, quanto do FNLA, Jonas Savimbi.

Quando em janeiro de 1975 foram acertados os pontos do governo de transição para realizar os preparativos necessários à independência formal de Angola, agendada para o dia onze de novembro de 1975, a guerra recomeçou. Desta vez, era um novo tipo de conflito: não mais contra Portugal, mas pela “corrida ao pódio” simbolizado pela cidade de Luanda, capital do país, onde se faria a coroação do novo governo independente de Angola.

O cenário era o mesmo, mas novos atores seriam interpolados à narrativa. Angola, afinal, a despeito de sua extensão territorial de 1.650 km de costa marítima, semeada por ilhotas e bacias, não deitou sua vocação econômica na tradição piscatória: na década de 1970 o valor econômico do território angolano não era um segredo, sua riqueza mineral, que aglutinava grandes reservas de diamantes, minérios de ferro, manganês, cobre, além do “ouro negro”, petróleo, era de conhecimento público. A par disso estavam os interesses das companhias transnacionais de prospecção e extração; e o valor simbólico do Terceiro Mundo, em um período de conturbações na *deténte* entre os grandes da Guerra Fria, veio a ser adicionado ao teatro de operações angolano.

O conflito por independência em Angola, passada (e vencida) a fase de combate à metrópole, tornou-se um vivo microcosmo de Guerra Fria, que seria revertido em ponto crítico da política de contenção ao comunismo por parte dos Estados Unidos na esteira do malogro de sua incursão no Vietnã. Do início de 1961, marco inicial da luta por libertação nacional, à noite de onze de novembro de 1975, os três movimentos assumiriam posições gradativamente antagônicas, quer em termos de planejamento pós-independência, quer em termos de cooperação e agência com elementos internacionais.

O presente trabalho visa analisar o tardio processo de independência de Angola conduzido pelos seus três grandes movimentos de libertação nacional nos marcos do colapso do colonialismo português. Além disso, nosso objetivo é também analisar o momento de passagem de uma guerra de natureza essencialmente anticolonial para o cenário de disputas internacionais configurado no período em que a independência estava “agendada”, embora

não consolidada – que correspondeu ao momento de “suspensão” caracterizado pelo governo de transição entre janeiro e novembro de 1975.

Como não poderia deixar de ser, tendo em vista a extensão tanto temporal como também de sua problemática, a investigação encetada na presente pesquisa apresenta um caráter estritamente exploratório e tem como fundamento o recenseamento bibliográfico de fontes secundárias pertinentes.

As dificuldades que surgiram durante a elaboração deste trabalho foram de duas naturezas distintas; a primeira delas corresponde ao próprio modo, tardio, com que resolvi mudar o foco central do problema de pesquisa, incorrendo em debilidades de ordem analítica em função do pouco tempo para a síntese das leituras, ou mesmo em prováveis imprecisões, que foram evitadas a todo custo; a segunda dificuldade é de ordem mais prática, pois muitas vezes as leituras que pareciam as mais pertinentes, encontravam-se completamente fora de alcance, por isso a frequência com que me socorri de periódicos nacionais ou internacionais, disponibilizados por meio eletrônico.

Originalmente, a pesquisa proposta fora a respeito do reconhecimento por parte do governo brasileiro ao governo do MPLA, que ocorrera no mesmo tempo cronológico em que a independência era declarada em Luanda na noite de onze de novembro de 1975<sup>2</sup>. O fato de o Brasil, então sob o crivo da ditadura de Ernesto Geisel, ter reconhecido tão prontamente o governo de um movimento de inspiração revolucionária e com larga e reconhecida ajuda de Cuba como também da União Soviética, foi suficiente para despertar o interesse para variadas análises acerca desse episódio ímpar da política externa brasileira.<sup>3</sup>

Contudo, um ponto que parece pouco explorado na questão do reconhecimento brasileiro ao MPLA são as discussões de cúpula feitas à surdina dos eventos angolanos acerca da natureza das três forças ali presentes, das quais poderíamos depreender a forma como o Brasil, como elemento pró-ocidental em um contexto de Guerra Fria, percebia as possíveis conseqüências que a vitória de um ou outro grupo significaria para o ordenamento político ocidental, ao qual ele mesmo fazia parte. Esta questão não passaria de uma quimera, não fosse pela ainda muito recente abertura do Acervo Azeredo da Silveira (AAS), integralmente

---

<sup>2</sup> Segundo Ovídio de Melo, representante diplomático brasileiro em Angola em 1975: “O Brasil reconheceria o governo de Luanda por declaração a ser dada à imprensa em Brasília, às oito horas do dia 10 de novembro, dado que, pela diferença de fusos horários, naquele momento seria meia noite em Angola, exatamente quando os últimos representantes coloniais de Portugal estariam partindo para sempre e o MPLA estaria assumindo o poder. Na mesma data, informava-me o Itamaraty, seria assinado o decreto que criava a Embaixada do Brasil em Angola (MELO, s/d.)”.

<sup>3</sup> Por exemplo: PINHEIRO, 1994; MIYAMOTO, 1995; e SILVA, 2008.

digitalizado e tornado público através do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)<sup>4</sup>.

Ao passar do tempo, e não demorou muito, a proposta original se mostrou demasiadamente extensa e complexa para os fins a que se destina um trabalho de conclusão de curso. Culpo, em parte, o despreparo da estudante que não soube mesurar a extensão da labuta que, via de regra, nunca antes colocara em prática.

Embora tenha sido desestimulada a mudar os rumos da pesquisa, não incorri em uma mudança incondicional. Se inicialmente pretendia mapear a forma como os grupos angolanos eram percebidos pela política externa brasileira em seu diálogo com outros países, de maneira a trazer novos elementos a um episódio que concerne a *esta* margem do Atlântico, penso que a pesquisa viria, sobretudo, a encorpar substrato para a análise da história política do lado de *lá*.

O *lado de lá*, ainda que tenha tantos vínculos conosco, é marginalmente abordado em nosso curso. Mas também é pouco abordado na historiografia em geral que, com grandes descuidos, trata da história da África a partir de uma epistemologia largamente eurocêntrica. Mesmo o termo “descolonização” infere uma lógica europeizante, pois implicitamente sugere que os europeus, impedidos ou cansados em sua tarefa de colonizadores, põem-se agora a descolonizar – o que não poderia ser mais errôneo tratando-se da história do povo angolano, cuja longa trajetória de guerra contra o jugo português, aliado da poderosa OTAN, aconteceu senão às suas próprias expensas.

Em relação a sua lógica interna, o processo em análise tem como coluna vertebral a sobreposição de um combate anticolonial, contra o inimigo comum português, por um cenário de guerra intra-estatal que assumiria os contornos das partes conflitantes da Guerra Fria. Essa transposição aconteceu de forma gradual, embora seja tentador dizer que o Acordo de Alvor tenha subitamente chamado a atenção internacional para a situação angolana (ainda que tenha sido o ponto nevrálgico dessa passagem), conquanto a composição ideológica e de ordem sócio-política dos grupos nacionalistas angolanos, desde o momento de sua criação, tenha convidado à aproximação de elementos externos.

Assim, o MPLA, em função de seu referencial leninista-marxista, e da idealização de um programa social revolucionário para a Angola independente, aproximou-se do campo soviético e cubano, ainda que seus dirigentes tenham reiteradamente informado à opinião pública de que estavam afinados com o não-alinhamento; o FNLA, por sua vez, carecia de

---

<sup>4</sup> Para detalhes do acervo, ver: SPEKTOR, 2001.

planejamento explícito para o que viria após o expurgo do colonialismo português, ao passo que a bandeira ao anti-comunismo, que o uniria aos Estados Unidos, e posteriormente à África do Sul, funcionava como uma ferramenta bastante eficaz para combater o MPLA. A UNITA não teria uma atuação tão premente nessa fase da vida angolana quanto os outros grupos mencionados, em que podemos dizer que a coalizão com a África do Sul, em meados de 1975, tenha obliterado sua atuação como grupo individual, tornando-os à própria imagem do rompante sul-africano.

Em sua composição física, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro se põe a analisar a construção do aparato colonial português na passagem do século XIX ao século XX, em seu contexto europeu como também em relação ao processo das independências africanas que se escalonavam na virada da primeira metade do século XX. O segundo capítulo trata da formação dos grupos nacionalistas em Angola, do início da luta armada em 1961, como também da forma como estes grupos atuavam, consolidariam seu posicionamento político-ideológico e buscariam a adesão da população ao longo da guerra de independência (1961-1974); o capítulo encerra juntamente com a queda do governo português em abril de 1974. Finalmente, o terceiro capítulo convida à reflexão acerca da virada de curso que a guerra em Angola tomou quando a independência tornou-se um ponto claro no horizonte com a instituição do governo de transição formado em consonância com Portugal, de forma que os grupos passaram a lutar entre si pela hegemonia política do futuro governo. O marco temporal da análise termina na noite do onze de novembro de 1975, quando na cidade de Luanda, o grupo chefiado por Agostinho Neto, o MPLA, declarava a independência de Angola.

Por fim, sempre que forem mencionados os distritos de Angola, ou a um de seus grupos etno-lingüísticos, pede-se ao leitor que busque auxílio nos respectivos mapas que estão em anexo ao final deste trabalho.

## **1. A arquitetura colonial portuguesa da Conferência de Berlim (1885) ao século XX**

### **1.1 A ocupação portuguesa em Angola e a Conferência de Berlim (1885)**

O território que hoje compreende a pátria angola era no século XV composto por um conjunto de reinos cujas fronteiras territoriais eram demarcadas através das redes de influência exercidas pelos líderes locais, os *sobas*. Congo, Matamba, Ndongo, Kassanje (ou Cassanje) e Lunda eram os reinos principais, exercendo autoridade sobre reinos menores que lhes eram tributários (JOSE, 2008, p. 160).

Quando a expedição chefiada por Diogo Cão chegou à foz do rio Zaire em 1482, a mando de D. João II, foi aberta uma linha de contato com um conjunto de povos que contavam com estruturas sociais fortemente consolidadas. Segundo Mary Del Priore (2004, pp. 140-141), o Reino do Congo, situado ao longo das fronteiras entre a atual República Popular do Congo e o distrito homônimo de Angola, detinha um sistema monetário e uma organização produtiva bastante complexa, centrada na produção de artefatos de marfim, cobre, ferro e tecidos de rafia, realizando o escoamento da produção em grandes feiras. Quanto à administração pública, o Rei escolhia unilateralmente os postos principais do governo, enquanto a matrilinearidade, na esfera privada, definia o direito à posse de terras e à sucessão frente às aldeias.

O Congo exercia influência sobre extensas áreas e rotas comerciais e sua capital, Mbanza, cuja população chegava à casa dos 100.00 habitantes ao final do século XV, era uma cidade de “concentração de riqueza e de residências de elite, local onde os primeiros viajantes portugueses se maravilharam com a qualidade da construção das casas, especialmente dos tecidos que decoravam as paredes (PRIORE, 2004, p. 141)”.

Inicialmente os portugueses lograram estabelecer relações cordiais com os líderes locais, lhes oferecendo benesses materiais como símbolos de prestígio e distinção além de eventuais ajudas frente a inimizades com reinos vizinhos. Poder-se-ia dizer que o primeiro meio século de presença portuguesa em Angola transcorreu pelas mãos de mercadores e representantes da Igreja Católica e, dessa forma, muitos elementos do cristianismo puderam ser gradualmente inseridos em Angola, e até mesmo nomes de reis e cidades foram latinizados, a exemplo do casal real do Congo, rebatizados de D. João e D. Leonor em 1490 (PRIORE, 2004, p. 147).



A necessidade de estabelecer feitorias como entrepostos seguros nas rotas de navegação à Ásia na costa índica, os lucros facilmente auferidos a partir do embarque de escravos na costa atlântica, e a busca por metais preciosos em ambos os lados do continente africano, motivaram as primeiras aproximações portuguesas. O estabelecimento de feitorias e fortalezas esparsas cravadas junto à costa marcou essa primeira fase da presença portuguesa na África.

Contudo, a este primeiro meio século de contatos de natureza tão-somente comercial, sucederam investidas militares a partir da chegada de Paulo Dias de Novais para a chefia da representação portuguesa em Angola em 1560. Novais foi preso e feito escravo durante seis anos junto ao reino de Ndongo, ao fim dos quais foi devolvido em troca de auxílio contra um reino vizinho e, uma vez liberto, fundou em 1576 a cidade de São Paulo de Assunção de Luanda, a cidade de Luanda. O aprisionamento de Novais, somado aos vários malogros da inserção portuguesa em Angola durante os séculos XVI e XVII, não demoveu a escalada das investidas portuguesas em território africano.

A motivação principal para essa guinada de orientação na política portuguesa ao ultramar se explica pela ascensão das possibilidades de lucros com o comércio de escravos, que tomava vastas proporções e se tornaria a principal fonte de mão-de-obra no comércio triangular para as atividades canavieiras e mineradoras no Brasil durante pelo menos três séculos. Calcula-se que cerca de um milhão de escravos partiu dos portos de Angola entre 1580 e 1680, número que duplica entre 1680 e 1836 e triplica se adicionarmos os números provenientes de companhias não-autorizadas (ANDERSON, 1966, p. 28). Não foi sem razão que, quando houve a união das monarquias portuguesa e espanhola (1580-1640), uma coalizão de forças luso-brasileiras, organizada no Brasil, enviou a Angola as forças militares necessárias para a “reconquista” dos portos aos holandeses. Segundo Alencastro, este evento tratou-se da “primeira força-tarefa armada e equipada por colonos do Novo Mundo”, isto “duzentos e setenta anos antes que o Exército ianque do general Pershing atravessasse o Atlântico para combater na Primeira Guerra Mundial (2000, p. 234)”.

Todavia, até o final do século XIX, a presença portuguesa em Angola encontrava-se majoritariamente concentrada ao redor dos portos das cidades de Luanda e de Benguela, resguardados por um sistema estratégico de pequenos fortes em pontos isolados na sua retaguarda. Isto é, o interior mantinha-se alheio à presença portuguesa e o historiador Perry Anderson calcula que “em meados do século XIX é seguro dizer que jamais existiu em Angola um número superior a 3.000 cidadãos portugueses (1966, p. 29)”.

Em Angola, a interiorização da metrópole não iria acontecer senão a partir do final do século XIX, e esta ocupação fez-se de maneira bastante particular, uma vez que o grande condicionante da interiorização metropolitana tanto em território angolano quanto moçambicano foi o interesse colonial de outras potências europeias, principalmente da Bélgica e Inglaterra. A esta característica do imperialismo português, Anderson deu o nome de “teoria da colonização reflexa” (ANDERSON, 1966), tese embasada na precariedade das condições econômicas portuguesas em ombrear uma competição territorial na África em pé de igualdade com seus vizinhos europeus, uma vez que esta nova etapa expansionista era simbolizada pela entrada na era *industrial*, cujas pontas de lança eram as poderosas companhias concessionárias – às quais a economia portuguesa tinha pouco, ou quase nenhum acesso naquele momento.

As companhias concessionárias, a exemplo da inglesa *Royal Niger Company* (criada em 1886), que ocupou e dirigiu grandes porções da Nigéria, ou a belga Associação Internacional do Congo (criada em 1882) que, como o nome já diz, ocupou vastas regiões do Congo-belga, funcionavam sobre a dinâmica da procura por matérias-primas e mercados que funcionassem como uma extensão direta à ascensão da produção técnica e racionalizada das indústrias metropolitanas. A diferença entre as modernas companhias concessionárias e suas pretéritas formas de companhias privadas de exploração é que agora agiam sob a égide dos Estados que atravessavam a Segunda Revolução Industrial, lhes derogando funções administrativas *ad hoc* de forma a racionalizar o escoamento sistemático de recursos e a guarnição do comércio monopólico, como também cedendo benefícios oriundos de fundos públicos.

Portugal, cuja presença em território africano já na segunda metade do século XIX recendia às antigas feitorias meramente extrativas de tempos pretéritos, havia buscado o reconhecimento inglês para sua pretensão territorial sobre a bacia do rio Congo, ao qual havia sido reiteradamente ignorado. E aqui está o condicionante de “reflexo” do colonialismo português: quando a África equatorial começou a ser efetivamente ocupada pelos governos francês e belga, o parlamento inglês tratou de revisar sua política externa e buscou reconhecer a soberania portuguesa ao rio Congo – ao Parlamento inglês a ocupação portuguesa tornara-se vantajosa, uma vez que eram aos recursos financeiros ingleses que Portugal recorria no seu intento colonial, de forma que as colônias portuguesas poderiam ser virtualmente consideradas colônias britânicas (ANDERSON, 1966). O episódio culminaria na Conferência de Berlim, realizada entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, fato que seria marcado como o principal propulsor do *Scramble for Africa* – a famosa “partilha da África.”

Após a Conferência, a ambição portuguesa de criar um corredor transafricano, unindo ininterruptamente os territórios de Luanda (Angola) a Lourenço Marques (Moçambique), caiu por terra, visto que este plano acabou ocasionando disputas acerca de limites fronteiriços entre Moçambique e as possessões britânicas já bem consolidadas na Rodésia do Sul (atual Zimbabwe) e Niassalândia (atual Malawi). A Grã-Bretanha desvencilhou-se facilmente da pretensão portuguesa utilizando o argumento contido no Art. 35 da Conferência de Berlim, que punha a “ocupação efetiva” como princípio para reivindicação de posse em territórios em disputa. Não fosse este um fator dissuasório suficientemente acertado, sua poderosa armada, com certeza, o seria.

Ao final do século XIX, os territórios de Angola e Moçambique assumiriam o aspecto fronteiriço praticamente como hoje o conhecemos<sup>5</sup>. A questão é que estas novas e estabilizadas fronteiras iam muito além da presença portuguesa àquela altura que, como já vimos, era ínfima e localizada, com raras exceções, em cidades fortificadas e de caráter portuário. A partir daqui começariam os maciços dispêndios de Portugal para levar a cabo o Art.35 da Conferência de Berlim.

O século XX inaugurou em Portugal um grande número de expedições militares para subjugar à força as populações renitentes. Apesar do influxo de esforços bélicos ocasionados pela Conferência de Berlim, foi somente ao final da Primeira Guerra Mundial que se pôde dizer que havia certa estabilidade no domínio militar português em Angola, impetrada através de sucessivas campanhas militares em direção ao interior<sup>6</sup>. É importante dizer que embora a situação geral aparentasse relativo equilíbrio de forças pendente para o lado português no alvorecer do século XX, certos grupos étnicos continuariam sendo infensos à presença portuguesa até, pelo menos, a década de 1940 – a exemplo da etnia dos bakongo, ou em regiões do distrito de Malange. Este ponto é importante para equalizar questões futuras relacionadas aos movimentos de libertação. Herdeiros do antigo Reino do Congo que fora

---

<sup>5</sup> Uma exceção foi a composição territorial do atual enclave de Cabinda, uma das 18 províncias da Angola contemporânea. Cabinda era conhecida à época pelo nome de “Congo Português” – análogo ao “Congo Belga” (atual República Democrática do Congo) e ao “Congo Francês” (atual República do Congo), que igualmente tiveram seus territórios demarcados em Berlim – e estava ligada ininterruptamente ao território angolano; posteriormente, a Bélgica reivindicou uma saída para o mar para o seu Congo, que lhe foi concedida, tornando Cabinda definitivamente uma região de enclave em território congolês (PEIXOTO, 2009, p. 144). A conformação territorial deste pequeno território (tem pouco mais de 7.000 km<sup>2</sup>), somada ao fato de ser a provedora da maior parte do petróleo de Angola, a transformou em zona de disputa e de permanente guerra pela sua possessão, que só cessariam, em definitivo, no ano de 2003.

<sup>6</sup> A esse respeito ver René PELISSIÉR, 1997.

seccionado a partir de 1885 entre França, Bélgica e Portugal, os bakongo angolanos seriam um foco ativo de repulsão à presença portuguesa até a data da independência de Angola<sup>7</sup>.

A dinâmica do colonialismo ao fim do século XIX era a simbiose entre o capital privada, que se expandia “naturalmente” para fora do território de origem em busca de recursos naturais e humanos, ao qual era seguido pelos interesses e estratégias do Estado de origem. De um ponto de vista estritamente econômico, os Estados nacionais se lançavam ao fomento da produção, a partir de amplos investimentos de capital, no setor primário-exportador (seja agrícola ou de recursos minerais) e, para tanto, fazia uso da ampla mão-de-obra local que era privada de direitos políticos e vivia sob o condicionante do comércio monopolístico com a metrópole. É claro que o colonialismo foi brindado, no campo ideológico, por amplo arcabouço teórico, principalmente de raízes social-darwinistas, que equalizavam a questão colocando o colonizador como um indutor do “progresso e da civilização”.

A “colonização reflexa” sugere que Portugal, que não passara pela mesma etapa de industrialização que seus parceiros europeus, teria como principal ferramenta de controle territorial a *via armada*, de forma que mesmo as suas parcas companhias concessionárias funcionavam largamente sob a alçada de capital financeiro estrangeiro (principalmente inglês) e a participação portuguesa no comércio internacional era muito diminuta.

A Monarquia portuguesa à época da Conferência de Berlim começaria a ser alvo de críticas pelas afrontas afligidas durante a Conferência (uma vez que os intentos de ocupação foram amplamente cerceados pelos papéis prioritários de Bélgica e Inglaterra) e pelo crescimento da crise econômica em Portugal, muito em função dos esforços de ocupação territorial. Uma vez estabelecido o regime republicano, em 1910, a administração colonial passaria por uma reestruturação, num quadro que ficaria completo a partir da chegada de António Salazar à administração portuguesa em 1926, nome que se tornaria sinônimo de “administração colonial” (SMITH, 1974). A despeito das mudanças de forma que ocorreriam ao longo da primeira metade do século XX em matéria de administração colonial, a estrutura do colonialismo português seria condicionada pela sua incapacidade de transformar uma economia meramente extrativa numa economia de transformação – de forma que a acelerada proliferação do capital financeiro dos grandes centros capitalistas tenderia a transformar a

---

<sup>7</sup> Com efeito, Holden Roberto, o líder do movimento nacionalista angolano UPA/FNLA, que será pormenorizado no próximo capítulo, remeteu à ONU o pedido de restabelecimento do antigo Reino do Congo no ano de 1957 (ROAPE, 1986, p. 81). Infelizmente, não foi possível encontrar as reverberações de tal pedido no seio da ONU durante a elaboração deste trabalho.

economia portuguesa e, por derivação, das de suas colônias, em “refém” do capital estrangeiro ocidental.

## **1.2 A arquitetura legal do colonialismo português para o século XX: a construção de uma nação “pluricontinental” e “multirracial”**

Afora a mudança de mãos a que passaram as colônias das potências perdedoras da Primeira Guerra Mundial, a dizer, Alemanha e Turquia, declaradas territórios a serem regidos por “mandatos” segundo artigo nº. 22 do Pacto da Sociedade das Nações (GENTILI, 1988, p. 183), o aspecto do mapa colonial orquestrado pela Europa ocidental mudou muito pouco no período do entre-guerras. Contudo, a crise do colonialismo começou a despontar a partir da década de 1930, pois o ano de 1929 conflagrara uma crise econômica superprodutiva que acarretara os primeiros claros antagonismos entre as economias dependentes e suas metrópoles, muito em função de que os preços dos produtos primários caíram vertiginosamente – muito mais, aliás, do que os dos manufaturados (HOBSBAWM, 2007, p. 211). Assim, no continente asiático, em países como a Índia, Vietnã e Malásia, as populações agrárias, a partir de minorias politizadas, começaram a oferecer fortes bases de resistência nacional; ao passo que na África Central e Setentrional, ondas de greves e sublevações geradas pelo êxodo dos campos às cidades começaram a aparecer (HOBSBAWM, 2007, p. 212).

O fator decisivo para o colonialismo europeu no século XX foram os confrontos da Segunda Guerra Mundial, uma vez que os territórios metropolitanos se tornaram palco imediato de conflitos altamente destrutivos que, além de imbricarem em amplos esforços humanos e materiais que tendiam a diminuir sua capacidade em gerir o aparato administrativo e colonial de que dispunham, também foram notórios por proverem “a prova de que os brancos e seus Estados podiam ser derrotados, total e vergonhosamente (HOBSBAWM, 1995, p. 212)”. Ademais, a exemplo do caso francês, em que suas colônias foram importantes partícipes nos teatros de operação e que de forma análoga à metrópole (separa em República de Vichy e França Livre de De Gaulle) foram separadas em duas partes (África-Occidental e África-Equatorial), surgiu a estranha e incômoda situação em que o colonizador e o colonizado lutaram lado a lado em prol da liberdade do primeiro (CROWDER, 2010). Ainda

que o período imediatamente posterior à Segunda Guerra fosse de tentativas de restabelecer os laços coloniais de forma a fomentar a reconstrução européia, os movimentos de libertação nacional que se iniciaram na década de 1930 tenderam a amadurecer ao longo da Segunda Guerra, ao passo que a ascensão dos Estados Unidos como centro hegemônico do mundo capitalista tendia a solapar o tipo de relação de quase autarquia que os impérios coloniais europeus mantinham com suas colônias em busca do favorecimento da livre circulação das empresas transnacionais.

A marcha às independências se tornaria irrefreável ao início da década de 1950 e este princípio seria consagrado na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) no seu capítulo XI, intitulado “Declaração Sobre os Territórios Não-Autônomos”, onde se lê em seu Artigo 73º, a positivação do primado dos interesses dos habitantes locais à gradativa promoção do seu autogoverno:

Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento [...] <sup>8</sup>

As descolonizações não poderiam mais sair da pauta política das metrópoles coloniais e, a exemplo da Conferência de Brazzaville de 1944, organizada por De Gaulle<sup>9</sup>, discussões e planejamentos acerca das descolonizações começaram a ser tratadas com o cuidado de que os interesses econômicos nas colônias não fossem de todo modo abalados. A fórmula para as descolonizações no pós Segunda Guerra era a de ceder autonomia administrativa ao governo local, de forma a fazer a profilaxia para eventuais e prováveis revoluções sociais por parte da população negra, e manter, na questão econômica, os laços das arcaicas instituições coloniais sob forma de acordos, tratados e outros órgãos que acabavam por beneficiar a elite dirigente europeizada e a economia primário-exportadora.

Estavam dados os ingredientes para o colonialismo que prescindia da administração direta da metrópole, uma vez que a inserção das colônias no mercado internacional propiciara para que fossem dependentes econômica e tecnologicamente, além de privadas de estruturas industriais integradas e dirigidas por um *status quo* profundamente identificado com a ex-

---

<sup>8</sup> Carta das Nações Unidas, São Francisco, 26 de junho de 1945. Disponível em: <<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>>

<sup>9</sup> A Conferência de Brazzaville (1944, ex-Congo francês) reuniu os administradores coloniais que haviam colaborado com os Aliados, de forma a empreender, junto com De Gaulle, evoluções em relação à administração colonial e, assim, aumentar, ainda que minimamente, sua margem de governabilidade. (UNESCO, 2010, p. 63).

metrópole, o que dificultaria, em muito, a criação de um governo auto-centrado empenhado em reformas sociais que abarcassem a grande massa da população. A este cenário, de descolonização *gradativa*, começou a se chamar *neocolonialismo*, ao qual se socorreram muito bem a Inglaterra, com sua *Commonwealth*, e a França, com a União Francesa e sua romântica idéia de “comunidade francófona”.

É evidente que o gradualismo ensejado não verteu em resultados idênticos a toda África, visto que cada país passara por experiências coloniais diferentes. Assim, a mesma Inglaterra que travou uma guerra contra os Mau Mau no Quênia (1954-1956), acenava favoravelmente à ascensão de Kwame N’Krumah ao cargo de Primeiro Ministro da Costa do Ouro (futuro Ghana) em 1951; a mesma França que pusera suas colônias da África Ocidental e Equatorial, em 1958, dentro dos marcos da União Francesa, travaria uma guerra de oito anos (1954-1962) contra a FNL (*Front de Libération Nationale*) da Argélia.

E Portugal, onde se encaixava nesse contexto?

Com dados da década de 1950, Perry Anderson (1966, pp. 4-8) avaliou a economia portuguesa da seguinte forma: o setor primário (agricultura e pesca, principalmente) absorvia quase a metade da população economicamente ativa, embora as técnicas de agricultura fossem muito rudimentares (sobretudo devido à baixa mecanização e pouco acesso à indústria química que beneficiaria a adubagem), o que acarretava em déficits cerealíferos significativos; a indústria contava com menos de 25% da mão-de-obra, em que o setor dominante, o têxtil, provia renda agregada notoriamente baixa. Concluía que:

Com a única exceção do algodão para indústria têxtil, a clássica absorção colonialista de matérias-primas para reexportação como produtos manufaturados não ocorre. A balança é exatamente inversa; exportação quase total de matérias-primas [...] e importação de manufaturados. O padrão é, assim, o verdadeiro reverso de uma economia imperialista (ANDERSON, 1966, p.7).

Na onda das descolonizações que atravessariam a África ao longo da década de 1950 e 1960, Portugal passaria como um naufrago agarrado ao seu bote: sua economia e estrutura social não permitiriam formar os laços neocoloniais que seus vizinhos europeus puderam montar. Esta característica do colonialismo português seria colocada em evidência por Amílcar Cabral<sup>10</sup> em discurso na capital da Tanzânia, Dar es Salaam, em 1965:

---

<sup>10</sup> Amílcar Cabral foi o fundador do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), de grande importância para o movimento nacionalista destes países; foi assassinado na cidade de Conacri, Guiné, no ano de 1973. Sua figura é até hoje cultuada como a de um dos bastiões do moderno nacionalismo africano. Sobre

The fundamental characteristic of Portuguese colonialism in our time is a very simple fact: Portuguese colonialism, or, if you prefer it, the Portuguese economic infrastructure, is unable to afford itself the luxury of neocolonialism. It is from this point that we can understand the stubborn hostility of Portuguese colonialism towards our peoples. (apud DAVIDSON, 1974, p. 11, nota 12).<sup>11</sup>

No entanto, a despeito de sua condição econômica marginal, Portugal manteve durante boa parte do Estado Novo (1930-1974) sob sua esfera imediata de influência os territórios africanos de Angola, Moçambique, o arquipélago de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e suas dependências. Esses territórios que, se somados, formariam uma massa continental quase três vezes maior que o território português, ainda assumiria maiores proporções caso adicionados das colônias portuguesas extra-africanas: Goa e suas dependências, na Índia; Macau, na China; e o Timor.

Como a manutenção de tamanho potentado colonial foi possível em uma conjuntura internacional progressivamente infensa ao colonialismo?

A resposta tende a ser dupla. Por um lado, a manutenção do aparato colonial posta em prática pelo Estado Novo português andou de braços dados com os investimentos estrangeiros alocados em suas colônias, não apenas aqueles provenientes dos grandes centros financeiros ocidentais, mas gradativamente também os da África do Sul a partir de meados da década de 1940, cuja escalada industrial era substancialmente ajudada pelo seu regime de *apartheid*, formador de uma cobertura tentacular de trabalho semi-escravo e controle produtivo ao território adjacente da Namíbia, Botsuana, e dos pequenos Estados de Lesoto e Suazilândia – além de exercer grande influência sobre a Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e Malawi<sup>12</sup>. O regime salazarista, dessa feita, se tornou um fiel gendarme do capital estrangeiro em suas colônias, cujo poderio militar não era insignificante, uma vez que era membro-fundador da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAN). A confiança externa dos parceiros de OTAN e do governo de Pretório teria sido abalada quando se colocou em cheque a capacidade do regime salazarista de ser um bom guardião da ordem vigente em suas

---

a importância política de Cabral e seu legado para as questões do nacionalismo africano, ver: DAVIDSON, 1984, pp. 15-42.

<sup>11</sup>“A característica fundamental do colonialismo português atualmente é um fato muito simples: o colonialismo português ou, se você preferir, a infra-estrutura econômica portuguesa, é incapaz de dar-se o luxo do neocolonialismo. É a partir desse ponto que podemos entender a obstinada hostilidade do colonialismo português para com nossos povos”. Tradução de responsabilidade da autora.

<sup>12</sup> Zâmbia (antiga Rodésia do Norte) e Malawi (antiga Niassalândia) tornaram-se independentes em 1963, com a desagregação da Federação Centro-Africana, articulada por Londres. O segundo país, assim como o Zimbábue (antiga Rodésia do Sul, independente em 1965) formaram, a partir de sua independência, governos de segregação racial, aliados à África do Sul (VISENTINI, 2010, p. 42).



colônias, uma vez que os movimentos nacionalistas africanos começaram a apresentar sérios riscos de independências sob movimentos negros e revolucionários, que prezavam por mudanças sociais; afinal de contas, os “bastiões brancos” da África Austral representavam uma ponte privilegiada de passagem entre o Atlântico Sul e o Índico, ponto estratégico ao flanco sul da OTAN, além de vastas fontes de minerais estratégicos e recursos energéticos.<sup>13</sup>

Por outro lado, à arquitetura legal do colonialismo português coube fazer o jogo de palavras para burlar as contingências do cenário pós-guerra que se avolumavam em prol da descolonização, pois mesmo para um regime autoritário e de elementos fascistas, como o de António Salazar<sup>14</sup>, a crítica colonial tornara-se ácida demais.

O *Acto Colonial* de 1930, formulado a partir do próprio Gabinete de Salazar, criou as regras para a administração colonial; em 1951, este estatuto seria incorporado à Constituição Portuguesa, com a mudança de terminologia de “colônias” para “províncias ultramarinas” (PINTO, 2009, 453). Afora o plano retórico ou estritamente jurídico, as práticas e a realidade da administração colonial permaneceram intocadas. De qualquer forma, Portugal foi aceito, no ano de 1955, como membro da ONU, afirmando “não governar territórios não-autônomos”.

Neste espaço em que o governo português buscava, a duras penas, dar legitimidade as suas ocupações na África, o ideário do lusotropicalismo, engendrado pelo brasileiro Gilberto Freyre, serviu como um bálsamo. Na obra *Integração Portuguesa nos Trópicos*, de 1958, Freyre afirmava que Portugal, já no século XV, teria se empenhado na criação de um novo tipo de civilização, pois sua expansão se fazia em termos de *simbiose* com as culturas dos trópicos, a partir da qual um novo tipo de saber seria possível:

O saber de experiência, um tipo de empirismo pragmático, que Freyre afirma já estar presente em Camões. Esse saber, criado na simbiose do homem luso com os povos tropicais, deu origem a práticas fraternas de assimilação. Assimilação cultural e não etnocêntrica. Tais elementos haveriam de fundamentar o alvorecer de uma nova civilização (PINTO, 2009, 456).

---

<sup>13</sup> Basil Davidson (1974) explora o tema da função do Estado Novo português de mantenedor do sistema produtivo de Angola e Moçambique como importante para a manutenção da cooperação por parte dos Estados Unidos e África do Sul. O assunto será tratado em maiores detalhes no próximo capítulo.

<sup>14</sup> Antonio de Oliveira Salazar (Santa Comba Dão, 1889 – Lisboa, 1970) foi Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo Português (1933-1974) até o ano de 1968, quando um acidente lhe deixou impossibilitado de governar e então Marcelo Caetano assumiu o seu posto. O Exército de um lado, e a Igreja Católica, de outro, constituíram os dois alicerces do regime salazarista que, por sua característica corporativista e contrária tanto ao modelo liberal estadunidense, quanto abertamente anticomunista, o fizeram ser um dos últimos remanescentes do fascismo europeu (PINTO, 2009).

A averiguação científica do lusotropicalismo não era fundamental ao regime salazarista, uma vez que a argumentação embutida nessas idéias seria incorporada à política de prestígio que Salazar buscava no plano internacional, formando um corolário mistificador em que o português não representava uma força opressora, mas um ponto *harmônico* de contato entre culturas e etnias diversas. Dessa forma, a imagem que se queria passar era de que Portugal e suas “províncias do ultramar” formavam uma união equilibrada de partes díspares, que viveriam fraternamente sob a mesma bandeira nacional.

Em realidade, a relação da administração colonial com os habitantes das colônias africanas estava estritamente vinculada à idéia de “assimilação” social, positivada em 1954 através do *Estatuto dos Indígenas de Guiné, Angola e Moçambique* (PEIXOTO, 2009, p. 25). De acordo com os preceitos impingidos neste Decreto-Lei, os indígenas (como eram chamados os naturais da África) poderiam ascender ao status de *assimilado*, quer dizer, “à semelhança de cidadão-civilizado português”, caso possuísse as características básicas para tanto, tais quais conhecimento da língua e costumes em comum, ligados à prática religiosa e quotidiana. Os resultados disso eram irrisórios:

Em 1950, [a taxa de assimilação dos negros angolanos] abrangia 0,7% da população autóctone. Em dez anos essa taxa subiria para 1,9%, acrescentando apenas 9.259 pessoas aos números de 1950. Nesse ritmo, segundo Pélissier, faltariam mais de 4.500 anos para que Portugal terminasse de assimilar todos os indígenas (PEIXOTO, 2009, 19)

A “nação multirracial” de Salazar era *de fato* muito semelhante à África do Sul sob regime do *apartheid*<sup>15</sup>, de forma que o colonialismo português foi designado “ultracolonialismo” por Perry Anderson, isto é “simultaneamente a mais primitiva e a mais extensiva modalidade de colonialismo (1966, p.14)”. Corroborava para tanto, a péssima qualidade de vida que cabia à ampla parte da população sob o regime de “trabalho por contrato” e os esforços categóricos da administração portuguesa para apagar a natureza tipicamente africana das manifestações culturais e políticas em Angola (como em suas outras colônias), de forma a dar ênfase à unidade sócio-cultural de formação lusa<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> A África do Sul na década de 1960 contava com uma porcentagem de mestiçagem três vezes maior do que a de Angola no mesmo período (PEIXOTO, 2009, p. 19).

<sup>16</sup> A título de exemplo, no ano de 1971, isto é, quando a guerra de libertação em Angola já acontecia há dez anos, cogitava-se em Portugal mudanças que dessem mais liberdade às aspirações dos nacionalistas angolanos, como forma de amainar os conflitos – como, por exemplo, permitir a transmissão radiofônica em outras línguas de Angola, afora o português (DAVIDSON, 1970).

O trabalhador por contrato, ou simplesmente os “contratados”, serviam de mão-de-obra para um trabalho que diferia muito pouco da escravidão abolida em 1870: derivado diretamente do decreto imperial de 1899, que imiscuía a “obrigação moral e legal” dos nativos de obterem trabalho como forma de “contribuição social”, este decreto sobreviveu ao período republicano, quando tomaria as cores burocráticas do Estado Novo, em que aqueles que não pudessem comprovar vínculo empregatício de ao menos seis meses por ano poderiam ser levados, à força se preciso, a ir trabalhar onde fossem necessários (DAVIDSON, 1971, p. 42). Os “contratados” ganhavam o que mal servia para lhes vestir e alimentar, situação que piorou com Decreto-Lei que proibia o escambo em Angola (BOAVIDA, 1967), e seus destinos eram principalmente os latifúndios de algodão, na região leste, e de café ao norte – isto quando não eram “alugados” para trabalhar fora de Angola, quando seu destino era geralmente o trabalho braçal na África do Sul, de onde geralmente não retornavam (DIOP, 2010, p. 73).<sup>17</sup>

O território angolano não passaria incólume dos anos que fizeram crescer a margem de manobra dos países africanos, seja através do movimento Terceiro-Mundista, propagado a partir da Conferência de Bandung de 1955, ou de instituições caracteristicamente africanos tal qual a Organização da Unidade Africana (OUA) ou dos ideários do Pan-Africanismo e da Negritude, de forma que os elementos subsidiários à atuação de um nacionalismo ativo estavam dados já na década de 1950.

Segundo Basil Davidson (1970), a diferença fundamental para a atividade independentista nas colônias portuguesas seria a ausência daquela “opção gradualista” que os outros países europeus buscaram, que deixava aos grupos nacionalistas angolanos poucas opções além da “rendição ou insurreição”. O Estado Novo português estava de tal forma absorto nos resquícios do Império de Camões que sua unidade pluricontinental acrescida da auto-indulgência que o lusotropicalismo lhe proporcionava, que só a queda do regime, em 1974, pôde dar fim ao colonialismo em África.

---

<sup>17</sup> Apenas no ano de 1958, 75.000 pessoas de Moçambique e outras 102.000 de Angola foram canalizadas para a África do Sul (BOAVIDA, 1967, p. 53).

## 2. Da guerra de libertação nacional à queda do regime salazarista-marcelista (1961-1974)

### 2.1 O surgimento do MPLA e do UPA/UPNA

Em Angola, dois movimentos foram os principais responsáveis por atrair a adesão popular e a atenção internacional para a luta de independência angolana: o Movimento Popular de Libertação Nacional (MPLA) e a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), depois transformada simplesmente em União das Populações de Angola (UPA).<sup>18</sup> Diferentes em seus programas políticos e nas suas bases regionais de apoio, estes dois grupos não foram os únicos a formar coro político ao longo das décadas de 1950 e 1960, embora tenham se tornado, pelos motivos que veremos a seguir, os únicos que sobreviveriam ao crivo da Política Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a principal ferramenta de opressão política, tanto em solo europeu quanto africano, do governo de António Salazar e de seu sucessor, Marcello Caetano.

Como já expusemos brevemente em capítulo anterior, o fim da Segunda Guerra trouxera o refluxo da capacidade administrativa dos antigos impérios coloniais europeus, o que veio ao encontro do recrudescimento dos nacionalismos africanos propiciando um grande salto em seus processos de independência. Angola não passaria incólume a este movimento que havia levado a crítica ao colonialismo à ordem do dia, pois além do valor simbólico impingido na liberação dos países vizinhos, cuja apoteose foi o ano de 1960, o *Ano Africano*,<sup>19</sup> o intenso diálogo entre os pensadores e políticos africanos dos países recém-libertos, ou em situação de guerra anti-colonial, proveu o contexto africano de larga

---

<sup>18</sup> Um terceiro grupo, a UNITA, surgiria na segunda metade da década de 1960. Contudo, sua organização e chefia (Jonas Savimbi) eram provenientes dos outros dois grupos; além disso, a importância efetiva da UNITA nas páginas da história angolana não estaria tanto na fase da guerra anti-colonial, mas justamente após a independência – quando os Estados Unidos, sob a égide da Doutrina Reagan, juntamente com a África do Sul, apoiariam aberta e diretamente como forma de combater o governo do MPLA, apoiado diretamente por Cuba. Tudo isso compete para que MPLA e UPA sejam os grupos nacionalistas principais na fase que se pretende analisar.

<sup>19</sup> Em 1960, a maior parte das colônias belgas, francesas e inglesas na África tornou-se independente: “Camarões, Congo-Brazzaville (atual República Popular do Congo), Gabão, Tchad, República Centro-Africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (Atual Burkina-Faz), Niger, Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar (atual República Malgaxe), Somália, Mauritània e Congo-Leopoldville (Depois Zaire e atual República Democrática do Congo). Entre 1961 e 1966, foi a vez de Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Gâmbia, Botswana e Lesoto (VISENTINI, 2010, p.30)”.

circulação de subsídios político-ideológicos com os quais argüir contra o colonizador – tanto em plano simbólico, como concretamente.

Assim, dois dos grandes arautos do pensamento anticolonial africano, ainda que imbuídos de projetos independentistas bastante diferentes, participaram pessoalmente da fase de gestação da luta anticolonial angolana na virada da década de 1950 à de 1960: Kwane Nkrumah e Frantz Fanon. O primeiro, Presidente de Ghana, auxiliaria na fuga de estudantes provenientes de Angola e Moçambique que estavam a estudos em Portugal quando a guerra em Angola foi deflagrada ao início de 1961 e sabia-se que a reação da PIDE não tardaria (BITTENCOURT, 1997, p. 27); o segundo, quando da ocasião da II Conferência dos Povos Africanos de 1960, em Túnis (Tunísia), encontrou-se com os expoentes políticos tanto do MPLA quanto do UPA<sup>20</sup> e, a partir de sua experiência da guerra de libertação nacional argelina, foi um importante incentivador da nacionalização da luta armada em Angola e da interiorização desta luta (Idem, p. 9). Além disso, ainda que suas participações físicas tenham sido pontuais no caso angolano, são imensuráveis as implicações de suas idéias para o desenvolvimento dos processos independentistas da África, cujos movimentos do Pan-Africanismo e da Negritude, caros a um e a outro, constituíram ferramentas riquíssimas de crítica às “descolonizações gradualistas” e ao modelo neocolonial subjacente a elas.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Estavam lá Viriato da Cruz e Lúcio Lara, ambos do MPLA, assim como Holden Roberto, líder do UPA. Em conjunto, assinaram uma Declaração de Compromisso, em que foi grifada a necessidade de “estabelecer o mais cedo possível um programa concreto de ação para 1960 e que conduza nossos povos à independência no mais breve espaço de tempo (*Declaração de Compromisso*, Arquivo Pessoal de Lúcio Lara, *apud* BITTENCOURT, 1997, anexo I).

<sup>21</sup> Kwane Nkrumah (1909-1972) foi um entusiasta do Pan-Africanismo. Movimento originalmente criado nas antigas colônias inglesas caribenhas e norte-americanas para a promoção dos direitos da população negra em um ambiente notavelmente racista, o Pan-Africanismo teve vários desdobramentos nas independências africanas no após Segunda Guerra. Nkrumah, que fora Primeiro Ministro e depois Presidente de Ghana (1957-1960; 1960-1966) advogava a união política das ex-colônias africanas como forma de evitar a “balcanização” da África que beneficiaria unicamente à Europa. Suas idéias fomentaram a criação do chamado Grupo de Casablanca em 1961, em contraposição ao Grupo de Brazzaville (que seguia uma linha substancialmente mais conservadora e de natureza neocolonial), que, conjuntamente, dariam lugar a Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963. A respeito de Nkrumah e seu modelo de Pan-Africanismo, ver: MAZRUI, 2008, pp. 125-151.

Frantz Fanon (1925-1961), psiquiatra e membro ativo da Frente Nacional de Libertação da Argélia, como vários outros pensadores do pós-colonialismo, recebeu grandes influências do movimento *Négritude* (Negritude), surgido entre os descendentes de escravos das Antilhas francesas, cujo grande símbolo fora o líder da revolução haitiana, Toussaint L’ouverture. Este movimento objetivava, nos campos político e cultural, a restauração da identidade negra, solapada pelos séculos de escravidão e de colonização da África; a Negritude nunca constituiu um bloco monolítico de atuação, conquanto tenha logrado inspirar movimentos muito diversos ao longo do século XX: do *Harlem Renaissance*, de recuperação de uma estética negra nas artes e literatura, surgido em Nova Iorque (EUA) na década de 1930, às entusiásticas críticas formuladas em solo africano quanto ao enraizamento do *status quo* europeu em suas ex-colônias, por exemplo. A maior crítica à Negritude está em sua “demasiada ênfase” à necessidade de um “racismo anti-racista”, que por vezes desaguou em violência ativa, de suas propostas políticas. O próprio Fanon seria criticado por “realçar a necessidade da violência” para combater as permanências psicológicas e materiais da situação pós-colonial; contudo, descartá-lo como um mero correligionário da ação destemperada e irrefletida é incorrer em simplificações perigosas, que não levam em conta as especificidades da história e da sociedade africanas (WALLERSTEIN, 1970).

Desde o período do entre-guerras começaram a ser criados grupos nos meios urbanos de Luanda que protagonizariam discussões críticas quanto a reformas econômicas e sociais em Angola e formariam centros de consciencialização das populações para a necessidade de revisão e supressão do colonialismo. Assim nasceram a Liga Nacional Angolana (LNA) e a Associação Regional dos Naturais de Angola (ANANGOLA), criados mais ou menos à mesma época ao final da década de 1930 (M'BOKOLO, 2010, p. 232). Sob os auspícios dessas associações mais antigas, ao início da década de 1950, vários escritores e poetas angolanos começariam a se aglutinar em grupos literários com a proposta de resgate da cultura africana, a exemplo dos poetas que publicavam na revista luandense *Mensagem*, cujo conteúdo era essencialmente contestatório: “esta poesia dos musseques deveria representar, de maneira durável, a forma privilegiada de crítica social e de reivindicação nacionalista (Idem, p. 233)<sup>22</sup>.”

Não foi apenas em solo africano que os angolanos lograram dar força à chamada *Literatura de Resistência Colonial* iniciada na década de 1950. Muitos estudantes de Angola iam para Portugal, uma vez concluídos seus estudos primários, para se matricularem em cursos superiores – inexistentes em Angola até o ano de 1963. Em Lisboa, criaram organizações para discutir a situação colonial de seus países de origem (não apenas alunos de Angola, como também de Moçambique e Guiné, encontravam-se lá); de forma que, em 1944, é criada a Casa dos Estudantes do Império (CEI) e, em 1951, foi a vez do Centro de Estudos Africanos (CEA). O primeiro grupo, que fora estabelecido com largo aval e incentivo do governo português (e por isso a alcunha “do Império”) foi posteriormente condenado ao fechamento em 1963 por “contestar o governo salazarista” (BITTENCOURT, 1997).

A literatura, com efeito, constitui-se como um meio privilegiado de propagação das idéias anti-coloniais, visto que além de impingirem uma busca da identidade propriamente angolana acrescentando à proposta de fomentar a consciência nacional, a linguagem poética e a forma de convívio de seus propagadores ajudavam-lhes a escapar do crivo da PIDE; soma-se a isso o fato de denunciarem ao mundo a suposta “brandura” do colonialismo lusotropicalista português que pretendia acolher todas as populações, africanas e européias, sob a mesma e unívoca identidade nacional – que terminava por beneficiar senão o lado português de sua “pluricontinentalidade”:

---

<sup>22</sup> Musseque é o nome atribuído aos bairros pobres de Angola; uma palavra análoga no português brasileiro seria algo como “favela”.

Os resultados dessa busca por uma identidade cultural que valorizasse a África e os africanos encontraram na literatura, sobretudo na poesia, seu espaço de veiculação. A divulgação dessa literatura cumpriu um duplo papel: revelou a África ao chamado mundo culto ocidental e aos seus próprios filhos, funcionando como um antídoto ao assimilacionismo. Ao mesmo tempo, essa produção poética serviria de ponta de lança para demonstrar, ao menos perante a intelectualidade ocidental, a existência e a especificidade de uma literatura negra nos espaços coloniais de Portugal (PEIXOTO, 2009, p. 32).

Muitos dos futuros líderes nacionalistas angolanos eram abalizados poetas e escritores; mas sua atuação não se restringiu às denúncias literárias. A atuação política em Angola recrudescer em consonância com os nacionalismos africanos: em 1955, foi formado o Partido Comunista de Angola (PCA), a partir de auxílio dos homônimos brasileiro e português (PEIXOTO, 2009, p. 36); em 1956 seria a vez do Partido da Luta dos Africanos de Angola (PLUA) (BITTENCOURT, 1997); em 1957, o Movimento Anti-Colonialista (MAC) (BITTENCOURT, 1997).

Foi deste mundo intelectualizado dos aglomerados urbanos que surgiria o MPLA – ou seja, ironicamente da seção mais propensa a se enquadrar como *assimilada* segundo os critérios contidos no Estatuto Português do Indigenato de 1954. À luz deste fato, começara a cair por terra a visão portuguesa de “aculturação” dos povos africanos por meio do “contato civilizador” com o europeu. O *assimilado*, doravante, reflete tão-somente um termo jurídico e estático, imbuído de uma lógica que desconsidera as interpenetrações culturais inter-étnicas; o MPLA, como grupo social e político, era constituído, em realidade, por seções *crioulas* urbanas que, segundo Bittencourt (2000, p. 11), é uma categoria cultural que

[...] faz referência a uma mestiçagem de tipo cultural, ou seja, o crioulo a que nos referimos tanto pode ser preto, como branco ou mulato. É a presença simultânea de elementos de cultura africana e européia no seu comportamento que irá caracterizá-lo como crioulo. Ou seja, é a sua capacidade de atuar nesses dois mundos e realizar uma interligação entre eles (BITTENCOURT, 2000, p. 10)

A União das Populações do Norte de Angola (UPNA), por sua vez, como o próprio nome nos faz crer, foi originalmente criado na porção geográfica setentrional de Angola, mais precisamente junto ao grupo etno-lingüístico dos bakongo, presentes nos distritos de Zaire e Uíge, junto à fronteira do Congo-Leopoldville, com o qual partilhava profundos laços culturais e lingüísticos formados à época do antigo Reino do Congo (ver Mapa I). Criada em 1957<sup>23</sup>, a UPNA logo mudaria o nome para simplesmente União das Populações de Angola

---

<sup>23</sup> A data exata da criação do MPLA, por seu turno, oficialmente tida por 1956, é atualmente motivo de investigação, uma vez que houve disputa entre os grupos nacionalistas pela “antigüidade” de seus movimentos

(UPA), de forma a tentar descaracterizar sua formação regional e ampliar seu alcance político, embora não tenha alcançado os resultados esperados em função de estar centrado numa região historicamente mais infensa ao contato com o colonizador português e, embora tenha tentado ao longo de toda a sua trajetória, aglutinar o todo da população angolana, as populações da etnia bakongo e inclusive os quadros administrativos do UPA, eram muito refratários à participação de brancos ou mulatos, e mesmo de negros de outras etnias de Angola, motivo pelo qual chegaram a ser chamados de “etno-nacionalistas” por alguns autores (WHEELER, 1969).

O notável sentimento anti-português do norte angolano tem motivações históricas bastante claras. Primeiramente, o fato de o protestantismo ter ocupado na região o espaço do catolicismo já denota uma saliente distinção regional, pois a religião católica representara um verdadeiro braço forte no processo de colonização português desde sua primeira chegada ao continente. Ademais, a região ocupada pelos bakongo fora historicamente mais inacessível à presença portuguesa: as *jacqueries*<sup>24</sup> no século XIX, durante o período da “conquista de Angola” já seriam um exemplo notável por si, mas somadas ao fato de esta região ter sido alvo privilegiado da política de expropriação de terras para assentamento de colonos portugueses e o trabalho de contrato lhe ser íntimo a perder de tempo (a região norte de Angola concentrava o maior número de *plantatios* destinadas ao cultivo de café, um dos principais elementos de sua pauta de exportação) temos os contornos básicos do sentimento que, nesta magnitude, era particular a esta área.

A semelhança que permitiu ao MPLA e ao UPA uma existência mais duradoura do que a miríade de pequenos grupos que surgiram entre 1950 e 1960 (como os já mencionados PCA, PLUA e MAC, por exemplo) foi, paradoxalmente, a capacidade de montar uma estrutura fora dos limites territoriais de Angola: a miríade de siglas que se diluiu ante as investidas da PIDE não deixa dúvidas quanto à dificuldade de dar segmento as suas atividades na clandestinidade, ao passo que o MPLA, de um lado, por meio da ação de sua *intelligentsia* que pôde se estabelecer na Europa e, depois de conflagrada a guerra, pôde utilizar dos vínculos criados neste continente para continuar suas atividades, enquanto o UPA, por outro

---

por acreditarem que este critério lhes daria mais credibilidade e prestígio frente à comunidade interna como também internacional (BITTENCOURT, 1997). Preferimos por fugir desta discussão, por não caber nos limites deste trabalho.

<sup>24</sup> O termo *jacquerie* para designar a ação dos bakongo foi encontrado em várias das bibliografias analisadas (DAVIDSON, 1970; WHELLER, 1969; PEIXOTO, 2009). Faz alusão a uma insurreição espontânea camponesa acontecida na França durante a Guerra dos Cem Anos; o termo, criado à época, com conotação pejorativa, teria um significado quase jocoso – a *jacquerie* era uma sublevação de “joões-ninguém”.



lado, pôde contar com auxílio logístico e material do Congo-Leopoldville desde muito cedo, tornou-os relativamente menos suscetíveis às investidas portuguesas.

As suas diferenças principais, por outro lado, ainda que não sejam as únicas, se concentram na questão de suas bases étnicas, que tinham formações diferentes. O UPA não conseguiria imprimir o mesmo caráter “nacional” que o MPLA por estar cerceado em composição essencialmente de bakongos, o que seria um agente complicador para a adesão popular ao seu movimento. É importante dizer, contudo, que esta diferença não implica em uma “a-racialidade” do MPLA, pelo contrário, o grupo teria que se empenhar para “desracializar” o movimento ao longo da guerra de libertação<sup>25</sup>.

## **2.2 A eclosão da luta de libertação nacional em Angola (1961)**

Na segunda metade da década de 1950, apesar das pressões e críticas externas à colonização e das consecutivas vitórias dos projetos anticolonialistas, melhor expressados pela reunião de Bandung em 1955 e pela independência de Gana em 1957, Portugal mostrava-se confiante na integridade de sua nação pluricontinental. Afinal de contas, havia sido aceito na ONU em 1955 e, apesar de Bandung, a minoria branca da África do Sul continuava empossada, as Rodésias sob domínio inglês e Leopoldville, capital do Congo, mantinha-se um bastião belga. Vários fatores, entretanto, contribuiriam para modificar drasticamente o cenário de confiança na integridade da nação pluricontinental.

Na arena internacional, a Assembléia Geral da ONU, no dia 20 de setembro de 1960, consagrou a independência de mais de uma dezena de países africanos admitindo-os como membros. O evento sinalizou a aprovação em dezembro do mesmo ano da “Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Colonizados”, documento transformado em epíteto do anticolonialismo e das críticas à administração portuguesa para seus territórios na África. Além disso, a independência, mesmo que formal, do Congo ex-belga em 30 de junho de 1960, deu uma reviravolta à movimentação dos contingentes nacionalistas ao norte de Angola. O país contava com importante região limítrofe com Angola, além da já comentada relação etnolinguística entre os bakongo de ambos os países.

---

<sup>25</sup> O termo “raça” é aqui definido como uma construção social, da qual se pode inferir pouco, ou nenhum, valor biológico; feita a ressalva, e por compreendermos que, apesar disso, essa construção é muito importante para as interações sociológicas, ela será levada em conta em nosso trabalho.

Em Portugal, dois eventos concorreram para tanto: o primeiro, de 1957, foi a declaração formal do Partido Comunista Português de apoio incondicional aos povos africanos à autodeterminação; o significado desta manifestação deixava pouco espaço para interpretações ao que isto significaria para os territórios ultramarinos (PEIXOTO, 2009). O segundo evento sucedeu nas eleições presidenciais do ano seguinte, 1958, quando pela primeira vez partia do seio da comunidade militar uma oposição ao Regime de Salazar – o General opositor, Humberto Delgado, fora, inclusive, representante português à OTAN. Na esteira dos resultados das eleições, que beneficiaram o candidato favorável a Salazar, ocorreram manifestações denunciando fraudes eleitorais; a PIDE não tardou em ser acionada e, só em Angola, foram feitos 50 presos políticos no ano de 1959 (BITTENCOURT, 1997).

Ademais, em Angola, a Baixa do Cassanje<sup>26</sup>, região ao norte do distrito de Malange, deu mostras incontestes da insatisfação quanto ao trabalho imposto sob o regime colonial. Inspirados pelas idéias independentistas provenientes do Congo (ex-belga) através de um movimento nacionalista e messiânico intitulado posteriormente como “guerra de Maria” (PEIXOTO, 2009, p. 62), os trabalhadores da região boicotaram e desafiaram as autoridades coloniais queimando sementes, destruindo plantações e fugindo para as matas. Em dezembro de 1960 a administração portuguesa do distrito de Malange tentou negociar o retorno às plantações por parte dos trabalhadores rurais, mas as negociações mostraram-se infrutíferas e, uma vez que os representantes dos sublevados manifestaram sua intenção de obrigar os mercadores portugueses a se retirar, a reposta portuguesa foi inequívoca:

Nos primeiros dias de fevereiro o governo deu início a uma “repressão exemplar” esmagando a rebelião com tropas especiais e bombas incendiárias (napalm), que deixaram centenas de mortos e aldeias arrasadas. Em direção à fronteira fugiram não apenas indivíduos isolados, mas aldeias inteiras a fim de evitar os bombardeamentos, a perseguição e a punição do exército colonial. Na perspectiva oficial a missão das Forças Armadas em Angola consistia em “limpar rapidamente todas as zonas infestadas por ações subversivas”, como o levantamento camponês foi noticiado posteriormente na revista *Ultramar*. (PEIXOTO, 2009, p. 63).

---

<sup>26</sup> A Baixa do Cassanje contara historicamente com pouca presença portuguesa, situação que mudaria após a intensificação das plantações algodoeiras através da companhia Cottonang, que tinha o monopólio de exploração desse produto (PEIXOTO, 2009, p. 62). O episódio foi transformado em conto por Jofre Rocha, cuja epígrafe deste trabalho foi retirada de um excerto de sua obra *Estórias do Musseque* (1980); as prisões feitas pela PIDE em 1959, em evento supracitado, também deram origem a obra literária, *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier* de Luandino Vieira (1988). Estes são dois exemplos, dentre vários eventos narrados ao longo de nossa narrativa, que foram retratados através de romances, contos, ou poemas por escritores angolanos empenhados na causa nacionalista; a literatura é uma fonte privilegiada ao estudo da história contemporânea de Angola, tanto pela escassez do acesso a outras fontes – em que muitos arquivos da PIDE, após todos esses anos, permanecem lacrados aos historiadores como à população em geral – além de ter sido uma “parceira [...] das aspirações independentistas dos angolanos (BITTENCOURT, 2000, p. 5).”

Se este episódio fez surtir rápido efeito e comoção ante a população ao norte em Angola, precisamente aquela ligada ao UPA de Holden Roberto, os motivos para comoção pública não se restringiam a esta área. Protestos e manifestações políticas eram sumariamente reprimidos pela PIDE e a suspeita de “subversão” muitas vezes ocasionava a deportação a campos de concentração localizados em Cabo Verde.<sup>27</sup>

Segundo Basil Davidson (1970, p. 41), os eventos que deram seqüência a estes acontecimentos supracitados e que marcaram o início histórico da guerra armada anticolonial em Angola, formaram, em realidade, duas revoltas diferentes.

A primeira delas aconteceu a partir de Luanda sob a alçada da atuação do MPLA, que à época restringia-se ainda a porções litorâneas e um grupo relativamente limitado de pessoas de origem afro-européia e de etnia kimbundu. Sua ação começou ao dia 4 de fevereiro de 1961, dia que entrou para a história angolana como o início da luta da independência, através do ataque simultâneo a posições da polícia, mas principalmente aos presídios abarrotados de presos políticos.

A segunda revolta veio sob a ordem de Holden Roberto. Ao dia 15 de março, uma brutal sublevação partiu do norte de Angola, insuflada em parte pelos feitos recentes em Luanda como também pela predisposição histórica da região à rebelião contra Portugal, temperada pelos longos anos de trabalho por contrato. Esta revolta mostrou-se muito mais violenta e as raízes étnicas e regionais do UPA mostraram-se sem qualquer subterfúgio: realizaram uma verdadeira *jacquerie*, assassinando indiscriminadamente europeus e assimilados, além de significativo número de africanos de etnia ovimbundu enviados à região para trabalhar nas plantações de café.

O evento foi alardeado à comunidade internacional como o elemento da brutalidade e irracionalidade que Portugal usaria para legitimar sua repressão em Angola. Apesar da dificuldade de se calcular o número de mortos e feridos deste episódio, os números, ainda que estimados, mostram a desproporcionalidade da resposta portuguesa que vitimou cerca de 20.000 africanos e causou o êxodo de mais 40.000 pessoas rumo ao Congo Leopoldville, além de histeria da comunidade européia na região que buscava sair do país através da ponte aérea feita às pressas em Luanda (ANDERSON, 1966).

---

<sup>27</sup> O arquipélago de Cabo Verde foi sistematicamente utilizado durante o Estado Novo para banir presos políticos – tanto contestadores do regime português, como também, depois de 1961, de pessoas oriundas de movimentos anticoloniais; o campo do Tarrafal, por exemplo, criado em 1936, pela suas características condições de habitação e sistema de trabalho forçado, fora feito “à imagem dos campos de concentração nazistas (BARROS, 2009, p. 10)”.

### 2.3 A atuação de MPLA, FNLA e UNITA na guerra de libertação nacional

A guerra que se abriu entre os anos de 1961 a 1974 em Angola condensou as clivagens políticas entre os movimentos nacionalistas, MPLA, UPA, e após 1965, também a União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA). A falta de um projeto conciliatório entre eles, para além de favorecer a ação portuguesa, denotaria a marcada diferença político-ideológica de seus planos para o governo no momento pós-independência. A par do desenvolvimento de cada grupo, estavam os expectadores externos, pois a auto-imagem que os nacionalismos angolanos criaram para si transbordaria os limites geográficos de Angola, alarmando, na África, os sul-africanos, e ao mundo, a frágil situação de Portugal como um país economicamente fraco e que tenderia, cedo ou tarde, a perder suas colônias. Auscultar cuidadosamente a sobrevivência do regime colonial português, bem como os projetos de cada grupo nacionalista, se tornava, de acordo com as evidências trazidas a seguir, um fator determinante para a relação do país do *apartheid* com a guerra angolana.

Não cabe aqui fazer um inventário completo, ano a ano, das sortes e revezes de cada movimento de libertação durante os treze anos (1961-1974) em que se dispuseram a lutar contra a “nação pluricontinental” portuguesa; tal tarefa tampouco seria possível, devido à dificuldade extrínseca do mapeamento de uma guerra tipicamente de guerrilha, que se arrastara por um longo período sobre um território vastíssimo. Incumbimo-nos em tão-somente analisar os momentos cruciais para a vida dos movimentos nacionalistas, sempre que possível ligando-os às relações que estes grupos logravam fazer com países estrangeiros – essencialmente *veladas*<sup>28</sup> – por acreditarmos que o caráter dessas relações foi determinante na passagem da guerra anticolonial para a guerra que seria iniciada, nos quadros da Guerra Fria, quando Portugal deixasse de ser uma variável a ser considerada nas relações políticas de Angola no cenário internacional.

Podemos inferir três grandes fases nos anos que cobrem 1961 à queda do Estado Novo português em 1974<sup>29</sup>. Esta diferenciação, necessariamente sintética, só pode ser feita em relação aos sucessos e insucessos no campo das operações militares, deixando de fora a

---

<sup>28</sup> Visto que por mais que a ajuda externa chegasse ao território angolano, dificilmente seria através dos portos de Luanda, pois o caráter dessas relações até 1974 foi bastante dúbio, uma vez que país algum se posicionou abertamente contra Portugal e ao lado de Angola nos campos de batalha.

<sup>29</sup> Estas fases não correspondem a distintos processos históricos cujas análises estejam consolidadas, mas aos eventos que, pela importância que tiveram aos grupos nacionalistas, aos seus sucessos e malogros frente a Portugal nos ajudam a dar melhor inteligibilidade e coesão à narrativa.

atuação da população civil que, embora tenha sido fator determinante ao sucesso do projeto nacional angolano, não caberia no espaço deste trabalho que dá preferência ao corte político esquadrinhado dentro dos limites de atuação dos grupos armados em sua correspondência entre si e com o exterior. A primeira fase correspondeu ao período 1961-1966, quando a ação de guerrilha foi iniciada no interior do território (que até então estivera restrita ao litoral e região centro-oeste) sob atuação do MPLA; a segunda fase, de 1965-1970, firmou o êxito deste grupo na cobertura do território, tornando-se o único movimento de alcance realmente “nacional” de Angola à época; o terceiro momento, 1970-1974, marcou o recuo da ação do MPLA, por conta da perda substancial de contingentes localizados em bases ao leste, por conta de desentendimentos internos, que depois se uniriam ao grupo de Holden Roberto (UPA/FNLA) ou ao grupo de Jonas Savimbi (chefe da UNITA).

Após a estrondosa ofensiva portuguesa aos acontecimentos do começo de 1961, os dirigentes tanto do MPLA quanto do UPA viram-se obrigados a buscar fontes alternativas para ações futuras. Assim, Holden Roberto dirigiu-se ao Congo Leopoldville, onde formaria em 1963, com apoio logístico e material deste país, o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), que seria reconhecido pela Organização da Unidade Africana (OUA) como o único movimento de libertação em Angola tão logo essa instituição fosse consolidada ao início de 1963. Objetivando a modernização do discurso do grupo, o UPA passaria a ser chamado, deste então, de Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). O MPLA, por outro lado, sairia muito mais fragmentado do rompante português de 1961, de forma que teve sua atuação reduzida a florestas no norte de Luanda (DAVIDSON, 1970); seus dirigentes também se dirigiram ao Congo ex-belga, onde se encontrariam com Agostinho Neto, que retornara de Portugal.<sup>30</sup>

Sediados no Congo Leopoldville, a atuação do MPLA estaria amplamente limitada, pois o ambiente era naturalmente muito mais favorável ao grupo de Holden, quem, pessoalmente, mandava obstruir o transporte e a passagem de membros do grupo de Agostinho pela fronteira. Apesar disso, a margem de manobra do MPLA sofreria uma reviravolta em 1963, quando Alphonse Massamba-Delbát instituiu um governo revolucionário

---

<sup>30</sup> Antonio Agostinho Neto (Bengo, 1922 – Moscou, 1979) era filho de uma professora primária e de um pai pastor metodista; com bolsa de estudos patrocinada pela Igreja Americana Metodista, pôde ir a Lisboa estudar Medicina. Em sua trajetória universitária, foi preso em 1953 por pertencer a um grupo com ligações com o Partido Comunista Português (PCP); em 1955 voltaria a ser preso, dessa vez por ser filiado ao PCP, e seria solto em 1957. Retornou a Angola ao final de 1959 e instalou seu consultório no Bairro Operário de Luanda. (PEIXOTO, 2009, p. 41)

de inspiração leninista-marxista no Congo Brazzaville, abrindo ao MPLA a possibilidade de mudar para um ambiente muito mais acolhedor na outra margem do Rio Congo.

Com o advento da utilização de território do Congo Brazzaville, tornou-se essencial ao MPLA ter o domínio de Cabinda, pois este pequeno território de enclave era uma ponte privilegiada de passagem entre Brazzaville e Angola, e foi nesta primeira ação de guerrilha, da qual se saíram vitoriosos, que a guerra realmente começava para o MPLA (DAVIDSON, 1970). Nesta conjuntura, e a partir de bases alocadas em território congolês, URSS e Cuba começaram a enviar aporte material e homens para o treinamento de forças militares para auxílio do MPLA e de Alphonse<sup>31</sup>.

A segunda fase da ação empreendida pelos grupos nacionalistas denotou a ascensão do MPLA em sua tarefa de compor uma unidade de atuação sobre o território angolano. Mais uma vez, foi através da solidariedade dos vizinhos africanos que o grupo de Agostinho lograria êxitos no campo de batalha: em 1965, o MPLA conseguiu o consentimento dos governos de Zâmbia e Tanzânia para fazer linhas de acesso através de seus territórios, o que lhe proporcionou melhor movimentação logística no interior de Angola e, além disso, abriu rotas seguras para o acesso às armas da URSS através do Oceano Índico, visto que a posição de tropas portuguesas ao longo do Atlântico tornaria a utilização dos portos de Angola infactível. Beneficiando-se dessa nova situação, o MPLA começou a operar, em março de 1966, no distrito de Moxico; no Lunda, a partir de maio de 1968 e, a seguir, chegou a Bié em junho de 1969, de onde partiriam ao distrito de Malanje ainda no mesmo ano (DAVIDSON, 1970). Tal era a propagação da presença do MPLA no interior de Angola ao final de década de 1970 (veja Mapa 4), que o historiador Basil Davidson, que analisara os percursos políticos da África Austral desde o começo da década de 1950, seria levado a dizer que

It appears to me beyond question that the MPLA today is the only national movement in Angola - the only movement, that is, which has won the support of most ethnic groups in most parts of the country-and, further, that the MPLA is the only movement with any effective fighting presence there (DAVIDSON, 1970, pp. 39-40)<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Acredita-se que foi neste momento que os primeiros contatos entre o grupo de Agostinho e os cubanos tenham sido feitos. Che Guevara partiria de Havana para ver a situação do Congo Brazzaville em 1965 e, logo em 1966, Agostinho Neto iria a Cuba encontrar Fidel Castro (MARQUES, 1976).

<sup>32</sup> “Parece-me inquestionável que o MPLA é hoje o único movimento nacional em Angola – o único movimento, isto é, que ganhou o apoio da maioria dos grupos étnicos na maior parte do país – e, além disso, que o MPLA é o único movimento com qualquer força combatente eficaz [no interior].” Tradução de responsabilidade da autora.

Por força dessa nova realidade, ainda no ano de 1965, a OUA reconheceria o MPLA, ao passo que, em 1971, cessaria de reconhecer a GRAE de Holden Roberto. O motivo para a mudança de posição da organização foi a descoberta de que o FNLA recebia suporte dos Estados Unidos, através do Congo Leopoldville, desde o início da década de 1960 – ao que veio a adicionar a visível predileção de Mobutu, presidente deste país, por parte dos próprios Estados Unidos e seus parceiros, como o aliado forte com quem lidar com a África Austral.<sup>33</sup>

A OUA, contudo, não era a única observadora da guerra de libertação angolana, pois a África do Sul, desde a década de 1950, deixava pouco espaço para dúvidas quanto ao perfil de potência regional que almejava para si (DAVIDSON, 1974)<sup>34</sup>, influenciando política e economicamente os países em seu entorno. A minoria branca de Pretória influenciava virtualmente todo o cone sul da África e ocupava, contrariando resoluções da ONU, o território da Namíbia. No entanto, desde 1966 o domínio sul-africano sobre este território seria sistematicamente afrontado pela ação do grupo guerrilheiro SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) (VISENTINI, 2010).

A Pretória interessava a manutenção do aparato administrativo português em Angola e Moçambique, uma vez que seus próprios interesses econômicos – amparados amplamente através do tripé formado por capital estrangeiro, industrialização e trabalho forçado propugnado pelo regime segregacionista do *apartheid* – sofreriam sérios abalos com a revisão do já anacrônico sistema segregacionista dos bastiões brancos (DAVIDSON, 1974). Se paradoxais em tese, o lusotropicalismo e o *apartheid* serviram-se mutuamente por um longo tempo; a questão é como a África do Sul deveria reagir frente ao escalonamento da guerra de libertação angolana que parecia enfraquecer cada vez mais uma metrópole economicamente fragilizada.

Às apreensões da África do Sul quando à falibilidade da contenção portuguesa ao nacionalismo angolano, devemos somar as características político-ideológicas de cada um dos grupos nacionalistas e da projeção que elas teriam sobre o, por enquanto hipotético, governo que ficasse sob sua responsabilidade.

---

<sup>33</sup> Mobutu dera um golpe de Estado em 1965, destituindo o então chefe de Estado Moisés Tchombe, iniciando um longo período de centralização política e ditadura pessoal baseada em um partido único, ao qual todos os cidadãos congolezes eram obrigatoriamente filiados. “Desde o golpe até sua derrubada Mobutu foi apoiado e sustentado pelos países ocidentais (VISENTINI, P; RIBEIRO, L; PEREIRA, A. 2007, 101).”

<sup>34</sup> A título de exemplo, o Primeiro Ministro sul-africano diria, em 1968: “We are of Africa, we understand Africa, and nothing is going to prevent us from becoming the leaders of Africa in every field (Newschek, November, 1968 *apud* DAVIDSON, 1974)” / “Nós somos da África, nós entendemos a África, e nada vai nos impedir de nos tornar os líderes da África em todos os campos”. Tradução de responsabilidade da autora.

Os vários anos de colonialismo europeu sobre a África trabalharam para que toda a infra-estrutura, tanto material como administrativa, fossem voltadas ao setor produtivo, com especial ênfase ao setor primário-exportador. O aparato logístico de transporte e escoamento de produtos, bem como os bens de capital, estava todo sob o poder da metrópole ou, como no caso específico de Portugal que servira de “testa de ferro” ao capital transnacional no século XX, em mãos de proprietários não-locais. Sendo assim, o processo de independência das colônias européias tendeu a ser feito de forma “gradual”, em que as elites governantes dos novos países agiam a partir de estreitas ligações com a antiga metrópole, institucionalizando uma continuidade política de tipo neocolonial. Exemplos notáveis disso foram as exitosas *Commonwealth* inglesa e, no caso francês, “os acordos de Yaoundé (1963-1969), e depois as Convenções de Lomé (a partir de 1975), e finalmente o estabelecimento da rede de cooperação da ACP (África, Caribe e Pacífico), [que] permitiram à França institucionalizar os laços neocoloniais, ao tornar os países africanos cativos do mercado europeu integrado (VISENTINI, 2010, p. 37)”.

Em outros casos, contudo, as nações africanas optaram por se independizar e, ao mesmo tempo, ter o controle dos recursos produtivos do novo país através da vontade do novo Estado, acarretando, em última instância, modificações estruturais na sociedade que existira até então. Esta tentativa de atingir uma reestruturação das *bases sociais* no Estado recém-liberto difere-se da simples supressão imediata do colonizador, conquanto a segunda opção acarretaria, segundo Gerard Chaliand, modificações menores, tais quais:

[a] eliminação dos elementos mais ligados ao exterior, indenização dos grandes proprietários de terras, por outro lado freqüentemente cooptados para o aparelho de Estado, ou encorajados a investir no setor industrial [e a] constituição de uma pequena burguesia rural que se torna uma das bases sociais desses regimes (1977, p. 120)

Estas “mudanças menores”, numa palavra, davam grandes oportunidades de perpetuação dos laços do tipo neocolonial, ao gosto francês e inglês, como vimos, mas dificilmente praticável com um Estado português empobrecido – em que, em realidade, o seu neocolonialismo seria derogado a outros países. O grupo de Agostinho Neto justamente alarmava os governantes sul-africanos por defender um projeto revolucionário nacional e social – não era apenas a cor da pele dos seus dirigentes, portanto, que colocava em risco o domínio dos capitais sul-africanos em Angola como também o domínio territorial sobre uma Namíbia crescentemente relutante. Ademais, o FNLA de Holden Roberto, cujas raízes étnicas mostraram inúteis as tentativas de Holden de “nacionalizar” o movimento, uma vez que



mesmo os mulatos e negros de outras etnias eram sistematicamente rechaçados do grupo, teriam muitos maiores motivos para causar alarde na minoria branca (20% da população) sediada em Pretória – e, no entanto, foi a este grupo e, posteriormente, à UNITA, que cederam ajuda.

Ao longo da guerra colonial, o MPLA efetivou campanhas de consciencialização da população angolana de forma a “desracializar” o movimento e criar uma auto-imagem positiva de unidade nacional em contraposição ao “sectarismo étnico” de Savimbi e Holden Roberto. A mesma característica que os fazia causar preocupação na África do Sul, aproximava-os de Cuba na segunda metade da década de 1960 (o que, em última instância, seria ponto fulcral para a roupagem de conflito leste-oeste que a independência tomaria em seu último ano). Como exemplo das campanhas políticas, de cunho quase pedagógico, efetivadas pelo MPLA, temos um panfleto, encontrado pela PIDE, que data de 1968:

1. O que é Angola? Angola é um território africano situado no ocidente do continente africano. 2. Angola é o único país africano? Angola não é o único país africano. Em África há mais países africanos como: Congo-Kinshasa, o Congo Brazzaville, Argélia, Gana, Guiné, Moçambique, etc (...) 4. Quem são os angolanos ou africanos que vivem em Angola? Os angolanos ou então africanos habitantes de Angola são os pretos e os mestiços nascidos em Angola. 5. Os brancos que vivem em Angola são angolanos? Os brancos que vivem em Angola não são angolanos. Eles são na sua maioria portugueses (...) 33. Quem são os países socialistas? Os países socialistas são países da Europa, são portanto brancos. Mas são brancos diferentes dos portugueses e dos imperialistas. 34. Porque é que são diferentes? Porque eles querem que todo o mundo fique livre; viva bem; eles querem que o povo angolano fique independente, e seja o único dono do café, do cacau, do diamante e do petróleo que se encontra no território angolano. 35. Então todos os brancos não são maus? Não, todos os brancos não são maus, assim como todos os pretos não são bons. Por exemplo, os brancos que são contra a opressão e exploração são nossos amigos. Portanto são bons. Exemplo: os soviéticos, os cubanos, etc., são. Enquanto que a UPA, Holden Roberto é preto, mas é nosso inimigo, ou seja, do povo angolano. (Lisboa, Torre do Tombo, Fundo PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 1. fls 588-92 *apud* BITTENCOURT, 2008, p. 284)

A terceira e última fase das operações da guerra de independência em Angola (1970-1974), contudo, proporcionaria um desfecho preocupante para o grupo de Agostinho Neto. O *front* Leste, aberto na metade da década, sofreria uma pesada baixa a partir de descontentamentos do grupo liderado por Daniel Chipenda que, entre outros motivos, achavam-se desprivilegiados em relação à fronteira Norte, que estaria melhor equipada; contudo, a revolta também recendia a questões étnico-raciais mal equacionadas (PEIXOTO, 2009, pp. 110-111).

O MPLA, embora sendo o grupo territorialmente mais presente em Angola, estaria em posição delicada na entrada da década de 1970: “achatado” na fronteira Norte pela

coalizão de FNLA e Congo Zaire, e competindo em forças no interior com a UNITA<sup>35</sup>, o grupo insurgente de Chipenda, e as tropas sul-africanas, cujo Exército moderno e bem equipado poderia marchar com facilidade através da Namíbia para dentro de Angola.

#### **2.4 *Orgulhosamente sós: o desmembramento da nação “pluricontinental e multirracial”***

Quando em setembro de 1968, António Salazar, por motivos de saúde, viu-se afastado de seu cargo, Marcelo Caetano foi convidado para ocupar a posição que pertencia a Salazar há 38 anos. A pretérita atuação de Caetano lhe dera cores de liberal ante a opinião pública<sup>36</sup> e, conseqüentemente, certa esperança de que sua política colonial não seguiria as mesmas linhas retas de Salazar. No entanto, quaisquer esperanças provaram-se rapidamente ilusórias, conquanto as mudanças administrativas que Caetano efetivamente pôs em prática no começo da década de 1970, de forma a ceder certa autonomia administrativa a Angola, mais que depressa se mostraram sem resultados práticos ou demasiadamente tardios para que pudessem abrandar o ritmo da guerra que àquela altura grassava não apenas em Angola, como também Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde (DAVIDSON, 1970).

O processo que culminou na derrubada do governo português em abril de 1974 fora propulsado amplamente pela guerra colonial que se arrastava há treze anos. No plano interno, os gastos destinados à manutenção do aparato militar nas colônias portuguesas somavam suntuosas fatias do orçamento nacional, chegando a reter 50% das despesas públicas (PEIXOTO, 2009, 120). No âmbito internacional, as pressões que surgiram a partir da ONU quanto ao colonialismo português, feitas desde tão cedo quanto à própria entrada de

---

<sup>35</sup> A UNITA fora criada em 1965 por Jonas Savimbi, que tivera experiências pretéritas tanto com MPLA quanto com FNLA; este grupo lograria certo apoio da China, com a qual compartilhava a idéia maoísta de ação do campo à cidade. Estabeleceram-se na região do Moxico, na qual pôde estabelecer unidades que representavam relativa obstrução às atividades do MPLA – o que só puderam efetivar através de um acordo tácito com o governo português (PEIXOTO, 2009). Até a Revolução dos Cravos, no entanto, a participação da UNITA seria marginal.

<sup>36</sup> Marcello Caetano, em meados da década de 1950, à época na chefia do Ministério das Colônias de Salazar, havia viajado a Angola e Moçambique para averiguar a questão da grande fuga populacional que ocorria nestes territórios, ao que concluiu que as péssimas condições de vida como reflexo do trabalho por contrato eram o principal agente motivador. Retornando a Portugal, ele diria: “*Necesito que se me den negros, es una frase que com frecuencia oí de los colonos: ¡ Como si los negros fueran una cosa para ser dada!*” (BENDER, 1980, p. 195).

Portugal nesta instituição em 1955<sup>37</sup>, foram acrescidas de um paulatino esfriamento de relações com antigas parcerias face à estridente negativa portuguesa em abrandar seu posicionamento em relação à guerra africana – tanto que Salazar, como seu sucessor, Caetano, viam como o resultado de ingerências externas, fosse por parte do Zaire e o “expansionismo de Mobutu” ou da URSS e “seu comunismo contagioso” (PEIXOTO, 2009). Seja como for, a posição portuguesa era de que a guerra que acontecia em Angola, como também em Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde, era fruto de motivações exógenas e estranhas ao corpo “pluricontinental e multirracial” da nação portuguesa, ao que se somou o discurso de que Portugal estaria efetuando obras de “integração”, antes de “colonização”.

Com o subterfúgio da “integração” eram rebatidas as críticas que surgiriam no seio do governo português, tanto do lado das Forças Armadas, instituição que estava exaurida depois de tantos anos de guerra e com ampla inabilidade em prover novos quadros para mantê-la, quanto da camada mais liberal dos políticos que defendiam outro tipo de integração: com a Comunidade Européia a que Portugal tinha grandes dificuldades em aderir pelo motivo de não compartilhar com os outros países europeus das suas visões em relação ao tipo de relacionamento que se deveria ter com suas possessões, ou ex-possessões, em África.

O discurso do deputado Águedo de Oliveira, na Assembléia Nacional portuguesa em seis de abril de 1961, portanto, logo a seguir dos episódios que conflagraram a luta armada em Angola, é bastante elucidativo da pauta de política externa portuguesa que mudaria muito pouco nos anos subsequentes:

A primeira pergunta que um político que folheia as Cartas do Atlântico, das Nações Unidas e outros textos de direito internacional formula, é esta: Em Nova Iorque está-se, na realidade, a organizar mundialmente a paz? Não está. Lançar pretos contra brancos, mestiços e outros pretos não é organizar a paz. Estimular, espicaçar, acalorar a insurreição, conspirar contra a segurança interna dos Estados, incentivar as revoltas dos povos de cor, criar antagonismos onde eles não existem, não é organizar a paz, mas promover a guerra. Intervir nos assuntos que afirmam a competência normal dos Estados é contrário às Cartas, aos seus fins, ao seu espírito, e é espalhar um fermento de conflitos e guerras. Os Estados Unidos estão agora a regressar à política do “irmão proletário”, de que tão funestas provas colheram em 1946 (ASSEMBLEIA NACIONAL, Diário das Sessões, nº 205, de 6 de abril de 1961. pp. 512-533).

---

<sup>37</sup>Entre 1955 e 1974, Portugal seria mencionado em mais de 80 documentos produzidos pela Assembléia Geral da ONU em função das suas reiteradas negativas em dialogar a respeito de sua administração colonial; no Conselho de Segurança, os documentos críticos ou condenatórios ao colonialismo português foram 27 (entre 1961 e 1974). Dados disponíveis em: <[http://www.guerracolonial.org/specific/guerra\\_colonial/documents\\_onu/un.swf](http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/documents_onu/un.swf)> Acesso: 20, set. 2011.

À crítica aos Estados Unidos estava ligada à inesperada mudança de direção que este país fizera ao apoiar a condenação do Conselho de Segurança da ONU, juntamente com União Soviética, à violenta contra-reação portuguesa aos episódios angolanos do início de 1961<sup>38</sup>. Todavia, este mesmo julgamento português não se restringiria às grandes potências do mundo bipolar, como também ao Terceiro Mundo e aos não-alinhados; Oliveira prossegue seu discurso em que podemos ver claramente o entendimento do governo salazarista em relação aos seus esforços por “integração”:

Não façam jogos de palavras nem estabeleçam mais confusão de conceitos. Quando em Bandung, em Acra e no Cairo se fala em descolonização pretende-se o banimento dos Europeus, a revisão e reprovação total da acção secular europeia. Pretende-se herdar sem partilha as plantações, casas, escritórios, armazéns, oficinas, fábricas, portos, estradas, obra dos capitais, inteligência e trabalho europeu, tudo que é património público e privado, sem indemnização [*sic*] nem compensação. Integração significa descolonizar e todavia não querem que assim seja. Vejamos. Integração significa também descolonizar porque assegura independência nacional, desenvolvimento e vida que se pode chamar própria [...] Integração significa elevação do nível moral e civilizador até ao nível europeu. Significa assistência financeira, técnica, desenvolvimento económico e social - toda uma obra imensa de associação e de intimidade nas ideias e nos factos. Significa unidade moral e política (ASSEMBLEIA NACIONAL, Diário das Sessões, nº 205, de 6 de abril de 1961. pp. 512-533).

A “elevação a nível moral” a que queriam os portugueses, se mostrava infensa às críticas, de onde quer que elas viessem: Estados Unidos, que “estava a apoiar o irmão proletário”, os Não-Alinhados (Bandung) e, por fim, até o campo de uma histórica parceria do governo de Portugal, o Brasil. Sumarizando sua fala, ao fim da qual foi “amplamente aplaudido” pelo auditório lotado de políticos, incluindo o próprio Salazar, Oliveira elencou os pontos importantes para serem levados em consideração na futura atuação de Portugal quanto ao ultramar, entre eles:

Fazer compreender aos dirigentes brasileiros, alguns imbuídos de romanticismo jurídico e não conseguindo raciocinar senão em termos americanos acerca da Europa e da África, que está em frente do Brasil, é ponto dominante no Sul Atlântico, mercado futuro, apoio, na futura divisão do Mundo em grandes comunidades e espaços (ASSEMBLEIA NACIONAL, Diário das Sessões, nº 205, de 6 de abril de 1961. pp. 512-533)

---

<sup>38</sup> De acordo com Perry Anderson, “a decisão de inverter a tradicional política do Departamento de Estado quanto à solidariedade atlântica nas questões coloniais foi tomada tão tarde que os Estados Unidos não tiveram tempo para avisar os seus estados-clientes [...] sobre a mudança” e completa citando excerto de uma matéria do *New York Times*, “e é possível que só o tivessem sabido quando Adlai E. Stevenson [representando estadunidense na ONU] tomou a palavra no final do debate (1966, PP. 102-103)”.

Esse afrontamento explica-se pelo fato de que o Brasil ao longo da década de 1960 começaria a mudar gradativamente seu posicionamento em relação à solidariedade aos povos em processo de independência na África e, ainda que num plano retórico, principalmente a partir da Política Externa Independente (PEI) formulada nos governos de Jânio Quadros e João Goulart<sup>39</sup>, cambiou gradativamente da simpatia retórica ao rechaço concreto ao colonialismo português na década de 1970.

Com efeito, a África que o governo salazarista-marcelista tentava tão veementemente “civilizar”, já não era mais a mesma de 1930, quando Salazar ascendera ao seu posto, uma vez que gradativamente, as nações africanas foram acrescidas em sua atuação internacional, “seja através do clientelismo estabelecido com as ex-metrópoles, da ONU, do Grupo dos 77, da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e/ou do Movimento dos Não-Alinhados (VISENTINI, 2010, p.35)”.

Chegada a hora de Portugal dar provas de que não poderia mais manter sua posição de controle das peças de Angola e Moçambique no quebra-cabeças dos regimes de minorias brancas da África Austral. Na estranha posição a que se colocara, Portugal “constrangia” com seu anacronismo colonial, suas parcerias mais antigas, a exemplo do Brasil, e não podia mais prover a estabilidade pacificadora de que tanto precisavam os capitais transnacionais instalados em suas colônias, ao passo que a prolongada desestabilização política tampouco agradava às suas contra-partes da OTAN. Era como se a persistência na idéia de manutenção de antigos títulos imperiais encapsulados na grandiloquência da “nação pluricontinental e multirracial” carregasse, em si, sua própria antítese – o que foi perspicazmente observado em comunicado da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) de 1969:

Another contradiction within Portugal's colonial and foreign policy is that while it needs South Africa's support to maintain Mozambique and Angola (as Portuguese colonies), it is also afraid of a South African takeover of these regimes, with the support of the whites resident there (FRELIMO, 25 September 1969 *apud* DAVIDSON, 1974, p. 13)<sup>40</sup>.

Lançando farpas a todos os “três mundos” que Bandung inaugurara em 1955, Salazar, como seu sucessor Caetano, lograram lançar o país a um profundo isolacionismo, difícil de ser contornado – mesmo seu histórico pilar de sustentação, a Igreja Católica, havia se afastado

---

<sup>39</sup> Para ver a visão da PEI acerca das independências africanas, ver CERVO, 2010.

<sup>40</sup> “Outra contradição entre a política colonial e a política externa de Portugal é que enquanto necessita do suporte da África do Sul para manter Moçambique e Angola (como colônias portuguesas), é também temerosa de que a África do Sul possa tomar esses regimes com a ajuda das minorias brancas que residem lá.” Tradução de responsabilidade da autora.

da cúpula portuguesa, recebendo em 1970, Amílcar Cabral e Agostinho Neto de braços abertos no Vaticano (DAVIDSON, 1970). Em 1965, Salazar já se apercebera desta conjuntura, que tenderia a se agravar ao longo dos anos, em discurso que se tornaria o epíteto do isolacionismo português na virada da década de 1960 a 1970:

"Orgulhosamente sós" [...] Salazar defendia [...] a manutenção do esforço de guerra português nas colônias africanas, definido como uma "batalha em que – os portugueses europeus e africanos – combatemos sem espectáculo e sem alianças, orgulhosamente sós" (SALAZAR, António. Discurso Público ao dia 18 de Fevereiro de 1965 *apud* RODRIGUES, 2004)

Apesar de a conjuntura internacional ter corroborado em larga escala para retirar as bases de apoio do governo salazarista-marcelista, o estopim de sua derrocada sairia de dentro do Estado português, mais precisamente de um dos braços fortes que haviam mantido este regime fascista em funcionamento por tanto tempo: as Forças Armadas. Antes de 1961, o contingente militar em Angola não ultrapassava a casa dos 5.000, mas ao final deste ano o número ascenderia a 33.000 homens. Em 1965, o Exército Português somava o contingente de 57.000 homens e, em 1973, o número aumentava para 66.500 (, p. 75).

É preciso lembrar que Angola não correspondia ao único front de batalha travada por Portugal, pois em 1963, a guerra de libertação estouraria em Guiné Bissau, seguida por Moçambique em 1968. Além disso, em 1961, a União Indiana ocuparia militarmente e incorporaria o enclave português de Goa, sem encontrar resistência significativa (PEIXOTO, 2009, p. 80), o que corroborou para tornar visível a vulnerabilidade do aparato militar português em manter seu potentado ultramarino.

A proeminência dos gastos militares em um país que, em 1960, tinha o nível de vida mais baixo da Europa Ocidental, mais baixo que da Grécia ou do México (ANDERSON, 1966, p. 8) tendeu a ser insustentável ao longo prazo. No entanto, este fator não demoveu o envio de tropas e a manutenção da guerra e do aparato logístico e material, altamente dispendiosos, inerentes a ela. Isso tudo acontecia ao largo das crescentes insatisfações das Forças Armadas quanto à precariedade da assistência dada aos regressados de África, não raras às vezes com sérias seqüelas físicas e psicológicas, ou às famílias daqueles que não regressariam.<sup>41</sup> Além disso, a necessidade constante de formação de novos quadros dirigentes desagradava os segmentos mais antigos do Exército, a exemplo dos Decretos-Lei nº 353 e 409

---

<sup>41</sup> A esse respeito ver depoimento de Humberto Rodrigues, presidente da Associação Nacional dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal (ADFA), disponível em <<http://www.guerracolonial.org/index.php?content=190>> Último Acesso: 15. 11. 2011

de 1973, que fazia com que os quadros complementares ascendessem à media oficialidade mais rapidamente que os alunos da Academia Militar, ou seja, os militares carreiristas (, p. 108).

Motivados pelas questões corporativas acima mencionadas, que estavam na esteira da irreduzibilidade do governo português quanto aos assuntos da guerra africana, os capitães de carreira começaram a se organizar em um movimento que se tornaria cada vez mais politizado, dando origem ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

A tendência crítica das Forças Armadas chegou estrondosamente ao domínio público quando o General Spínola lançou o livro *Portugal e o Futuro* em abril de 1974, cujos primeiros 50.000 exemplares, tal foi a curiosidade pública, foram vendidos em apenas 12 horas (PEIXOTO, 2009, p. 131). Este livro marcou a cisão entre a alta cúpula em matéria de guerra colonial, por oferecer uma nova abordagem à questão colonial, pois admitia que houvesse um nacionalismo tipicamente africano e, por consequência direta disso, a solução não poderia ser dada através de combate armado, mas em matéria de auto-determinação às nações africanas e o direito ao voto<sup>42</sup>. Com isso, Spínola não pretendia desmembrar a nação multirracial portuguesa, mas transformar o “pluricontinentalismo” para algo mais parecido com um “plurinacionalismo”.

A cisão no seio das Forças Armadas portuguesas em relação ao futuro da guerra colonial significava algo muito grave em um país em que a maioria das pastas ministeriais era ocupada por militares (ANDERSON, 1966, p. 14), ainda mais em um contexto em que boa parte dos observadores internacionais não via uma saída para ela que não fosse por via da independência dos povos africanos. Apesar de Spínola não ter tido participação na formação do MFA, foi unido a este grupo que na alvorada do dia 25 de abril de 1974, os militares tomam o poder e dão fim ao Estado Novo português, sob a Junta de Salvação Nacional (JSN), presidida pelo próprio Spínola. Com isto, dava-se novo fôlego e alento ao processo de independência angolano, embora seu final ainda estivesse incerto.

---

<sup>42</sup> Cf. PEIXOTO, 2009, pp. 132-134.

### **3. Do Acordo de Alvor à Independência: o imbróglio de janeiro a novembro de 1975**

#### **3.1 O Acordo de Alvor e a instauração do Governo Provisório em Angola**

A derrubada do governo de Marcelo Caetano e de Américo Thomaz, o então presidente, apesar de ter oferecido ao mundo a expectativa de um giro completo na tomada decisória quanto às guerras africanas, mostrou-se, em realidade, muito mais devagar ao passar dos dias. O problema colonial, que esteve no cerne do MFA, também seria o elemento que traria as maiores divergências no seio do governo recém instalado.

A cúpula da JSN (constituída, em sua maior parte, por generais e oficiais de primeiro escalão do Exército, entre eles o próprio Spínola) e o MFA não entraram em um consenso fácil quanto às medidas mais imediatas da questão da guerra travada em Angola e, além disso, os pronunciamentos da JSN não tranquilizaram a opinião pública por conta das vagas assertivas acerca dos temas do ultramar. Neste ínterim, governantes do mundo todo, especialmente os da África, cobraram um posicionamento mais firme por parte do governo português e, em um discurso em assembléia da OTAN, Mário Soares, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, disse que um cessar-fogo era a prioridade para a questão de Angola, embora não precisasse exatamente como a suspensão dos conflitos seria efetivada (PEIXOTO, 2009, p. 140). Este mesmo ministro, em entrevista concedida logo após o 24 de abril, resumiu muito bem o momento incerto em que se encontrava o governo provisório do General Spínola àquela altura:

Quando aceitei a pasta dos Negócios Estrangeiros, tinha uma idéia para levar a bom termo a descolonização. Pretendia fazer assinar rapidamente um cessar-fogo nos territórios em guerra, para acabar com ela localmente. Mas tinha de respeitar o presidente Spínola, o qual possuía os seus próprios pontos de vista nessa matéria. Ele desejava a constituição de um processo sob controlo armado, para chegar a uma espécie de "*Commonwealth* portuguesa". Numa altura em que a opinião pública apelava à manifestação nas ruas a favor das independências, da fraternidade e da paz, isso era claramente impossível. A população reclamava o regresso dos seus soldados ao País. As tropas portuguesas estacionadas no Ultramar começavam, também elas, a confraternizar com os nacionalistas. A política de Spínola era, por conseguinte, irrealista (POUCHIN, 2003)



No dia nove de agosto de 1974, a JSN tornou pública a forma como se daria o processo da retirada de tropas portuguesas de Angola, que pode ser resumida em três pontos principais: o novo governo em Angola seria estabelecido a partir de uma coligação entre os três grupos nacionalistas principais levando em conta todas as etnias do país (inclusive a branca), uma Lei Eleitoral deveria ser estabelecida e, por fim, haveria a eleição de uma Assembléia Constituinte no prazo de dois anos, quando seria decidida a forma dos laços que Angola teria com Portugal.

Dois elementos saltam aos olhos nesta resolução: primeiramente, ela foi feita sem a consulta ou o conhecimento prévio de nenhum dos grupos políticos em Angola. O segundo ponto é que, implicitamente, sugere que os laços com Portugal poderiam ser mantidos (talvez ao gosto da *commonwealth* de Spínola) ou que, no melhor dos casos, a independência viria em – no mínimo – dois anos (PEIXOTO, 2009).

Spínola parecia estar postergando para o futuro a resolução do mesmo problema que o colocara na chefia do país. O fracasso da sua política de uma independência “depressa, mas sem pressa”, a insatisfação internacional que caminhava para colocá-lo na berlinda isolacionista onde uma vez estivera Salazar e, por fim, a insatisfação do MFA que não aceitaria negociações quanto à rápida retirada de tropas de Angola foram fatores que culminariam na sua renúncia à presidência ao dia 30 de setembro de 1974. A partir deste ponto, a ala mais à esquerda do MFA estaria à frente das decisões políticas do país.

Uma vez que o MFA assumiu a pauta da solução dos conflitos em Angola e abriu novas linhas de diálogo com os representantes dos respectivos grupos nacionalistas, estes foram dispendo-se, unilateralmente, a aceitar o cessar-fogo. Embora representantes do MFA houvessem desembarcado em Angola logo em abril para tratar do armistício, o MPLA e o FNLA não aceitaram desarmar-se e dispersar suas tropas sem garantias prévias (e concretas) de independência.

O General Spínola e Mobutu, então presidente do Zaire<sup>43</sup>, haviam se encontrado no começo de setembro para discutir a trégua do FNLA, que só seria efetuado ao dia 15 de outubro de 1974. Este grupo foi o único que dialogou com Portugal através de um país estrangeiro porque, diferentemente do MPLA, não contava com representações em Lisboa ou Luanda e sua atuação estava centrada na região limítrofe entre Angola e Zaire. Apesar de não somar forças que cobrissem grandes porções territoriais, o FNLA representava uma forte

---

<sup>43</sup> A República Democrática do Congo, ex-Congo Belga ou Congo Leopoldville, teve o nome Zaire entre 27 de outubro de 1971 e 17 de maio de 1997.

ameaça militar por poder contar com o aparato logístico e bélico zaireense e, através deste país, também contava com ajuda estadunidense.

A Revolução dos Cravos havia aberto novas possibilidades à organização política já que haviam sido afrouxadas as amarras às liberdades de opinião e associação e a PIDE não era mais um fator com o qual os angolanos teriam que se preocupar. Vários grupos políticos menores começam a surgir, embora sem apoio externo ou grande simpatia pública. A partir de agosto de 1974, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), grupo separatista da rica região produtora de petróleo e diamantes, tomou fôlego, contudo, seus objetivos foram repudiados pelos três grupos angolanos, seguidos pela OUA e pela ONU (PEIXOTO, 2009, p. 145).

Além da FLEC, a questão racial a partir da Revolução dos Cravos mostrou-se não ser apanágio dos locais mais interioranos de Angola. Grupo brancos de Luanda, que comandavam a maior parte do aparato administrativo, de infra-estrutura e de transporte do país e que, depois da África do Sul representavam a maior população branca na África, começaram a flertar com a idéia de uma solução “à rodesiana”<sup>44</sup> para Angola. A minoria branca, quando viu o MFA paulatinamente ganhar força em Portugal e, por fim, assistiu a renúncia de Spínola, começou a temer que a hegemonia política do país caísse nas mãos dos movimentos nacionalistas. Contudo, única ação concreta derivada destes grupos, aglutinados principalmente em torno da FRA (Frente de Resistência em Angola) e do PCDA (Partido Cristão Democrático de Angola), foi a invasão, logo frustrada por forças nacionalistas de Angola, das vilas de Bailundo e da Cela. A partir daí, a idéia de uma solução à rodesiana para Angola perdeu integralmente a força (PEIXOTO, 2009, pp. 152-154).

Difícilmente grupos surgidos após a Revolução dos Cravos conseguiriam angariar a legitimidade necessária para competir em prestígio e reconhecimento com aqueles grupos que haviam participado durante os treze anos da luta anticolonialista. Em função disso, também não conseguiram fomentar o palanque adequado para se fazer representar e reconhecer perante a OUA, a ONU ou Portugal, além de serem boicotados pelos grupos pré-existentes. Sendo assim, em finais de outubro ao início de novembro, começaram os esforços de colaboração e diálogo entre representantes dos três movimentos angolanos e o governo de Portugal, que agora estava sob comando da ala mais esquerdista do movimento que depusera

---

<sup>44</sup> A expressão faz alusão à tomada de poder por uma minoria branca sob a liderança de Ian Smith em 1965, que impôs um forte regime de segregação racial, na Rodésia do Sul (Zimbabwe) (VISENTINI, 2010, p. 42). Os colonos brancos organizaram a proclamação, unilateral, de independência antes que ela ocorresse sob a vontade da população negra; o governo de Ian Smith não seria reconhecido por Londres, capital de sua ex-metrópole, mas ganharia a simpatia da África do Sul.

Caetano, o MFA. Entre três e cinco de janeiro de 1975 em Mombaça, no Quênia, ocorreu a primeira reunião de cúpula preparativa para uma segunda reunião, a acontecer dez dias depois, na cidade de Alvor no Algarve.

Dos princípios para a independência acordados nesta segunda reunião, surgiu o Acordo de Alvor. Os pontos principais deste Acordo podem ser assim resumidos: (i) a independência de Angola ficaria agendada para o dia 11 de novembro de 1975 e até lá a administração do país estaria nas mãos de um governo provisório formado por um colegiado, com um representante de cada grupo, de presidência rotativa e cujas deliberações seriam tomadas por maioria simples; (ii) o governo português estaria representado por um Alto Comissariado escolhido pelo presidente de Portugal, que não poderia intervir em assuntos governamentais, mas poderia ser consultado acaso o governo provisório assim o desejasse; (iii) não-discriminação étnica para os futuros critérios de nacionalidade; (iv) uma Assembléia Constituinte seria formada no prazo de nove meses para eleição do novo presidente a tomar posse em novembro; (v) uma Comissão de Defesa Nacional, formada pelo colégio presidencial, Alto Comissariado e Estado Maior Unificado, seria formada com o principal propósito de unir os contingentes militares (então pulverizados entre os três grupos) e formar um Exército Nacional; (vi) formação dos Ministérios com as chefias divididas entre os grupos<sup>45</sup>.

No dia 31 de janeiro de 1975, como havia sido previsto, foi lançado o novo governo de transição. Contudo, dois problemas de origem cercearam o bom funcionamento do Acordo de Alvor: o primeiro deles é que todas as partes haviam se comprometido a manterem-se nas posições ocupadas até então, o que não aconteceu porquanto os grupos lançaram-se rapidamente a reforçar seus contingentes; o segundo problema é que Portugal ficaria crescentemente incapaz de chefiar e resguardar de possíveis conflitos a Comissão Nacional de Defesa, uma vez que no seu próprio território a tênue coalizão de forças entre socialistas e comunistas na cúpula do MFA havia se encaminhado à beira de uma verdadeira guerra civil, situação que ficaria pior após uma tentativa de golpe de Estado por parte do General Spínola em março.

O Acordo de Alvor, logo ficou claro, havia conseguido a perspectiva da independência concreta, mas não trouxera governabilidade ao seu governo de transição. Seus ministros não conseguiam atingir consensos e a Comissão de Defesa foi esvaziando-se com o respaldo de Portugal, de forma que entre 16 e 20 de junho houve uma tentativa de

---

<sup>45</sup> Cf. PEIXOTO, 2009, p. 154-157.

recomposição do que havia sido acordado em Alvor através de uma reunião em Nakuru no Quênia – uma espécie de Alvor II.

Esta tentativa mostrou-se insuficiente e, em julho de 1975, a não ser pelos ministérios encabeçados pelo MPLA, o governo de transição havia se tornado completamente inoperante. Logo a seguir começou uma verdadeira “corrida ao pódio” ao onze de novembro, em que o prêmio seria a chefia do novo governo de Angola. Para completar o quadro, ao dia 22 de agosto, Portugal formalizou a suspensão parcial de Alvor: tudo se mantinha igual, mas Portugal lavava as mãos de salvaguardar a trajetória pacífica do governo de transição à independência em novembro (PEIXOTO, 2009).

### **3.2 De janeiro a novembro (1975): a intervenção de Gerald Ford, o rompante sul-africano e a Operação Carlota**

Conquanto Angola fosse um “pequeno e obscuro país africano,” recém colocado ante a perspectiva de independência, o ano de 1975 mostrou-se como um catalisador para transformar seu até então “baixo perfil” na arena política internacional em centro de divergências do confronto Leste-Oeste encetado pela Guerra Fria. A forma como os eventos se sucederam em Angola estavam, a nível internacional, relacionadas a uma oleada de revoluções terceiro-mundistas iniciadas na década de 1970, que vieram na esteira da cisão sino-soviética em 1962, que fomentara um adensamento da participação soviética em conflitos periféricos como forma de re-estabelecer seu papel na balança de poder mundial (VISENTINI, 2004, p. 113).

A relação de que falamos, não pode ser compreendida *strictu sensu*, pois cada país, seja Cambodja, Laos, Vietnã ou Angola, tinha seu próprio passado histórico e conjunturas sociais que renderam resultados diversos. O que os une em semelhança é a forma como contaram como peso determinando na balança internacional de poder, acalentando discussões acerca do conceito da famigerada *deténte*<sup>46</sup> e, para além dos conceitos, as implicações práticas que derivariam da interpretação feita pelo “opponente”. Assim, logo que o Acordo de Alvor foi

---

<sup>46</sup> Não nos propomos a lidar com a idéia de *deténte* como um conceito ou um período histórico consolidado, com marcos temporais homogêneos e definidos. Segundo a definição de White (1981), a *deténte* é uma abstração retórica, que fora utilizada como elemento de discurso durante a Guerra Fria com finalidades políticas, de forma que a *deténte* não se constituía em um “fim”, mas em um “meio” (Cf. WHITE, 1981, pp. 165-166).

assinando e os conflitos retomados em Angola, antever os resultados finais deste acordo, uma vez reconhecidas as simpatias internacionais que cabia a cada um dos grupos, revestiu-se de grande importância simbólica aos Estados Unidos na esteira de sua perda catastrófica no Vietnã.<sup>47</sup>

Em 1975 os Estados Unidos eram governados por um presidente não-eleito, empossado após o vexame internacional do escândalo de Watergate – tornado epíteto da corrupção de alta cúpula. Caíra Richard Nixon (jan/1969 – ago/1974), mas sua “herança maldita” simbolizada pela catastrófica incursão no Vietnã, foi repassada à administração Gerald Ford (ago/74 – jan/1977), juntamente com o Secretário de Estado, Henry Kissinger.

Diante da possibilidade da URSS aproveitar-se da fragilidade dos Estados Unidos em sua situação pós-Watergate e pós-Vietnã para empenhar-se em uma ação mais pró-ativa em Angola, a Casa Branca efetivaria mudanças a então estabelecida política de “apoio tácito” aos bastiões brancos formada pelo gabinete Nixon logo nos seus primeiros meses de governo em 1969.<sup>48</sup> Um segundo elemento, “menos global” desta mudança de postura, se devia às eleições de 1976: Ford, para conseguir sua candidatura pelos Republicanos deveria mostrar à população que o país ainda mantinha sua posição de prestígio e poder, apesar do insucesso no Vietnã, dar mostrar de força na arena internacional (NOER, 1993).

O Acordo de Alvor, assinado em janeiro, deixaria uma pequena margem de atuação ao planejamento de Gerald Ford: ou se deixava que os três grupos tratassem por si do governo do país, ou se escolhia por dar apoio a um grupo de forma a propiciar o surgimento de um governo que lhe fosse favorável. A última opção foi acatada.

O primeiro sinal concreto dessa mudança de posição em relação a Angola foi a nomeação do diplomata Nathaniel Davis para a representação estadunidense no país. Davis ganhara notoriedade internacional por ter ocupado representação análoga no Chile quando dos esforços encobertos da CIA na derrubada de Salvador Allende dois anos antes; o resultado de

---

<sup>47</sup> Participando ativamente dos conflitos do Vietnã desde 1964, por via a apoiar o governo de Saigon (Vietnã do Sul) contra o Vietnã do Norte de Ho Chi Mihn, após o envio sistemático de tropas como também de apoio bélico, “em abril de 1975, as tropas do Vietnã do Norte e os guerrilheiros do Vietnã do Sul, entram em Saigon, unificando o Vietnã e vencendo a mais longa, sangrenta e complexa guerra do Terceiro Mundo. Três potências haviam sido derrotadas – inclusive a mais poderosa nação no campo militar, econômico e tecnológico – por um pequeno país agrícola e periférico, ainda que com apoio diplomático e em armas dos países socialistas (VISENTINI, 2004, 115)”

<sup>48</sup> O planejamento de Nixon para os bastiões brancos da África Austral – a dizer, as colônias portuguesas, Rodésia do Sul (Zimbábue) e África do Sul – fora consolidado através do o Memorando de Estudos 39 do Conselho Nacional de Segurança (NCSM 39) que, em uma palavra, afirmava que a minoria branca “estava lá para ficar”, de forma que o Gabinete Nixon optaria pela seguinte posição: manter, ante a opinião pública, oposição às repressões radicais, mas relaxar a política de isolacionismo e restrições econômicas aos grupos brancos no poder. Desde então o FNLA deixou de receber apoio militar dos EUA (NOER, 1993).

sua nomeação não tardou a causar alarme na África: em 21 de fevereiro de 1975, em reunião ministerial da OUA, uma resolução votada por unanimidade, argüiu contra a nomeação do diplomata, de reconhecida participação na “ação dos Estados Unidos de desestabilização política na América Latina.” Apesar disso, a nomeação seria confirmada em 11 de março (DAVIS, 1978, p. 110). Entre janeiro e fevereiro, U\$300.000 seriam entregues ao FNLA, através do Zaire, além de materiais bélicos (NOER, 1993).

Com ajuda econômica estadunidense e amplo apoio do bem treinado e equipado Exército zaireense, em 25 de março o FNLA inaugurava sua marcha em direção a Luanda proclamando a cidade de Carmona<sup>49</sup> como sede oficial de sua incursão, liderada pela figura centralizadora de Holden Roberto (MARQUEZ, 1976). Poucas semanas depois, em cinco de agosto, tropas da África do Sul atravessam a fronteira sul de Angola através do território da Namíbia sob pretexto de proteger o complexo de barragens de Ruacana-Calueque dos meandros da guerra. Nesta região estavam estacionados contingentes da UNITA, mostrando que a parceria entre este grupo e Pretória estaria selada (MARQUEZ, 1976)<sup>50</sup>.

Ao final do mês de julho, após discussões internas quanto à opção por passar por cima do Congresso e disponibilizar mais fundos para ações em Angola, por decisão da Casa Branca, 14 milhões de dólares foram aprovados para apoio ao FNLA e à UNITA – quantia que aumentaria à cifra de 25 milhões um mês depois, e à 32 milhões em setembro (NOER, 1993, p. 775). As discussões derivavam do risco de não conseguir os efeitos desejados em Angola e ainda agir contra o Congresso e acabar sendo relacionado à África do Sul – o que não agradaria uma população com seus próprios problemas raciais não-resolvidos; o próprio Davis se mostrou contrário ao impulso da Casa Branca, preferindo os “bons ofícios” como saída à situação. O diplomata calculava que não haveria jeito de participar massivamente, enviando homens, sem que o Congresso soubesse, e se não fosse assim, os riscos não valeriam a pena pelas divergências de opinião, Davis pediria exoneração do cargo (DAVIS, 1978).

A situação do MPLA, apesar de ser o movimento com maior cobertura da ação de guerrilha, neste meio-termo, era bastante preocupante: o FNLA pressionava-o ao norte, enquanto que ao sul e sudoeste, a UNITA aliava-se sistematicamente à África do Sul. O mês de agosto, contudo, inaugurou um fato novo aos desdobramentos da guerra: seria o momento em que Agostinho Neto pediria auxílio a Cuba, por meio de delegação cubana que aportava

---

<sup>49</sup> Atual cidade de Uíge, localizada no centro-sul do distrito homônimo (é também a sua capital).

<sup>50</sup> Localizado na fronteira sul de Angola, o complexo fora construído em parceria entre Portugal e África do Sul e suas barragens eram responsáveis pela distribuição de água para largas extensões do sudoeste africano.

em Luanda. De forma que em setembro, os primeiros contingentes cubanos de apoio começaram a chegar: cerca de 500 técnicos e especialistas cubanos (o MPLA tinha armas recebidas previamente da URSS, mas, de forma geral, não sabia como utilizá-las), 25 morteiros e unidades móveis de artilharia anti-aérea, um time de médicos, 115 veículos e complementos para formar uma estrutura de comunicação básica – esse contingente viajou em três navios improvisados e sobrecarregados: *El Vietnam Heroico*, *El Coral Island* e *La Plata* (MARQUEZ, 1976). A presença cubana em Angola ficaria manifesta a partir de então<sup>51</sup>.

O primeiro navio chegou ao dia 4 de outubro em Pointe-Noire (a segunda maior cidade do Congo Brazzaville depois da capital); os outros dois chegaram, respectivamente, aos dias sete e onze de outubro em Porto Amboim (cidade do distrito angolano de Cuanza Sul, próxima à cidade de Benguela). A esta altura as tropas de Holden Roberto estavam muito próximas a Luanda (MARQUEZ, 1976).

O final de novembro marcou o início do rompante sul-africano sobre território angolano, pareando forças com UNITA e FNLA; suas colunas marchavam cerca de 70 quilômetros por dia, chegando, ao dia três de novembro, à cidade de Benguela, sede de distrito homônimo (MARQUEZ, 1976); neste mesmo dia, devido à ascensão dos conflitos, o Consulado Geral Americano seria fechado e seus cidadãos evacuados (DAVIS, 1978, p.122). Frente aos avanços de FNLA e UNITA em direção a Luanda, onde ocorreria a transição política como acordado por Alvor, para acontecer ao dia 11 de novembro, as lideranças do MPLA e de Cuba teriam que fazer novas deliberações.

Em cinco de novembro, isto é, apenas seis dias antes de Portugal retirar-se completamente de Angola, Havana optou por agir mais incisivamente na questão (MARQUEZ, 1976). Dava-se início à Operação Carlota, nomeada em homenagem a outro cinco de novembro: em 1843, a escrava negra Carlota iniciava uma rebelião de escravos contra os espanhóis na região açucareira de Matanza, em Cuba. A partir de então, tropas cubanas seriam levadas, por via aérea, em um fluxo constante que somou no período de trinta dias, um contingente de 650 homens (MARQUEZ, 1976). Foram suficientes para bloquear o acesso de FNLA e UNITA à capital, garantindo ao MPLA o controle da cidade de Luanda na noite de onze de novembro, quando a bandeira portuguesa no Palácio Nacional daria lugar à rubro-negra, com foice e martelo estilizados pelo MPLA.

---

<sup>51</sup> No dia 23 de setembro, Henry Kissinger diria em assembléia da ONU que a participação cubana na guerra de Angola tornara a situação do país muito delicada, mas negou qualquer participação direta dos Estados Unidos na questão (NOER, 1993).

Vinte e três países africanos, em reunião da OUA, reconheceram o recém-instalado governo do MPLA em 26 de novembro (nenhum, no entanto, reconheceria o FNLA ou a UNITA, que, unilateralmente, haviam igualmente declarado a independência de Angola) (NOER, 1976). A essa altura, a participação estadunidense no palco de operações angolano não teria mais como manter-se na sombra, de forma que ao dia 19 de novembro, o Senado aprovava a Emenda Clark que cortava imediatamente todos os fundos para ações secretas em Angola (NOER, 1976).

Era uma vitória diplomática do MPLA, mas a guerra ainda continuaria, sobrevivendo à própria Guerra Fria.



## Considerações Finais

O presente trabalho se propôs a analisar o processo de independência angolano privilegiando seus aspectos políticos. Para tanto, lidamos em primeiro plano com a construção do eixo de relações entre colônia e metrópole, por entendermos que os esforços despendidos para a manutenção do colonialismo por parte de Portugal, conforme a guerra em Angola se agravava, foram resultando em um ambiente proporcionalmente contrário à política colonial portuguesa – seja pelo receio de seus próprios aliados ocidentais de que Angola fosse alienada em benefício de grupos que radicalizariam a proposta de autonomia sócio-econômica do país (MPLA e, posteriormente, MPLA aliada do eixo Havana-Moscou); seja pelo próprio ascendente empoderamento do continente africano que despenderia esforços em prol das independências de seus pares, tanto em esferas institucionalizadas de poder, a exemplo da ONU e OUA, como também através de movimentos político-ideológicos capazes de canalizar esforços comuns, tal qual o Pan-Africanismo, o Não-Alinhamento ou a Negritude. As variantes dessa equação de resultados “proporcionalmente inversos” foram analisadas, com as respectivas ênfases, ao longo deste trabalho.

O primeiro capítulo destinou-se a mapear o arcabouço jurídico-ideológico criado pelo Estado Novo Português, que não sofreria mudanças significativas ao longo dos anos, e o ambiente ambivalente em que este colonialismo esteve inserido no século XX: se, por um lado, o cenário internacional ficaria cada vez mais propenso a deslegitimar as cada vez mais anacrônicas relações colonialistas (motivo pelo qual fora criado o eufemismo dos “territórios ultramarinos”), Portugal, na condição privilegiada de mantenedor do flanco sul da OTAN na Europa e, através de suas colônias africanas, também da ponte de acesso entre o Pacífico e o Índico, tornara-se o amigo “mais fraco” no jogo de interesses ocidentais de quem era manifesta “testa de ferro” desde tão cedo quanto a Conferência de Berlim ao fim do século XIX.

Essa amizade, não obstante, começaria a ficar paulatinamente incômoda uma vez que a guerra de libertação nacional tivera seus estopins em 1961; esta idéia, somada ao desenvolvimento particular de cada um dos principais grupos nacionalistas de Angola, que desaguardaria na projeção de parcerias internacionais próprias, são os dois pontos discutidos no capítulo segundo deste trabalho. A queda do salazarismo-marcelismo, em 1974, foi resultante de insatisfações domésticas causadas pelos dispêndios exorbitantes na manutenção da guerra colonial e da vitalidade do subestimado – por longos anos de imersão no ideário “lusotropicalista” – nacionalismo angolano, além da observância das parcerias portuguesas de

sua inabilidade em manter-se indefinidamente como gendarme do capital transnacional alocado em suas colônias – de forma que, a exemplo dos Estados Unidos e África do Sul, começariam a abandonar a antiga postura de mera observação para, gradativa e veladamente, ceder apoio ao grupo nacionalista que lhe parecesse de melhor alvitre; em ambos os casos, FNLA e UNITA foram os escolhidos.

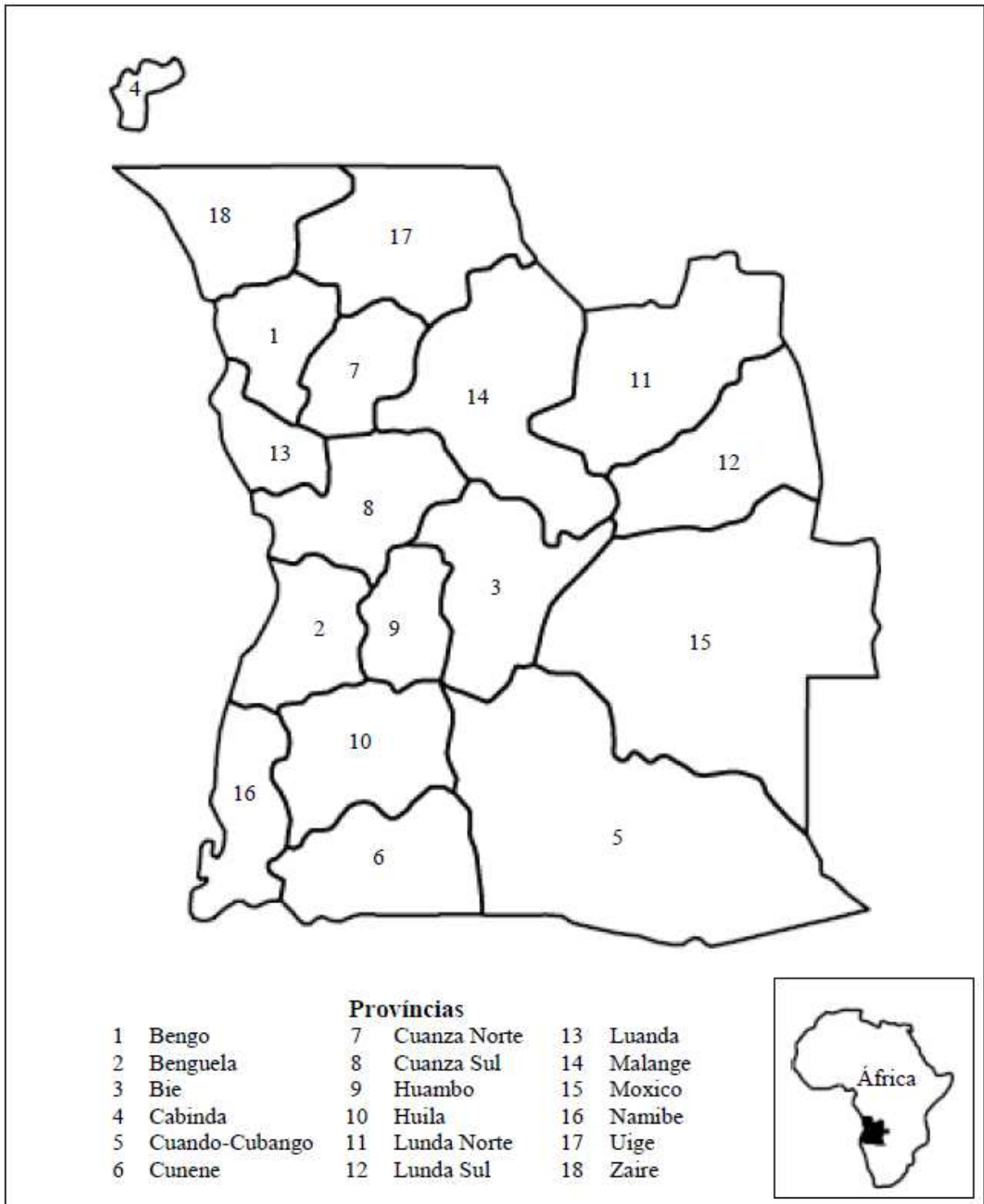
O terceiro capítulo marca a ruptura completa, embora de raízes já bem fincadas ao solo, da transformação do processo em questão.

A guerra travada em Angola em 1975, que finalmente marcou o início da independência, levanta muitos outros questionamentos para além da cronologia de decisões de chancelaria, às quais temos acesso apenas parcial, ou dos avanços e retrocessos no palco de operações militares. A começar pela natureza desta guerra. Uma versão a chama de “Guerra Civil”, em que os três grupos nacionalistas alimentaram uma situação de rivalidade, agravada pela disparidade das idéias de seus líderes, onde um “nacionalista rival” poderia ser capturado, preso e morto – como freqüentemente aconteceu. Outra versão poderia ser chamada de “Guerra de Intervenção”, uma vez que Zaire, Estados Unidos, Cuba e África do Sul não apenas foram partícipes dos eventos, como também os determinaram, distribuindo ao mundo a sua respectiva interpretação sobre quem eram os “fantoques” de quem. Uma terceira versão, cara ao MPLA, fala em termos da “Segunda Guerra de Libertação”, o que representaria senão a continuidade do seu projeto revolucionário após o colonialismo português ter chegado ao seu derradeiro fim.

Não pretendemos escolher nenhuma dessas versões como privilegiada para a interpretação de um processo de proporções caleidoscópicas, tampouco nos propusemos a fazê-lo: a dúvida, já presente no título do trabalho, deve continuar até o final. Tampouco descuidamos as generalizações pouco ingênuas que tributam ao “tribalismo” angolano todos os malogros da carnificina da guerra, ignorando sua história e a de seu povo, sob um grande guarda-chuva chamado “descolonização”. Por ora comprometemo-nos a não simplificar um evento de resultados múltiplos para o destino de Angola, em sua íntima relação com a realidade política da África Austral, como também para a saúde da *deténte* sobre a qual estava deitado o futuro da Guerra Fria.

– Mapa 1 –

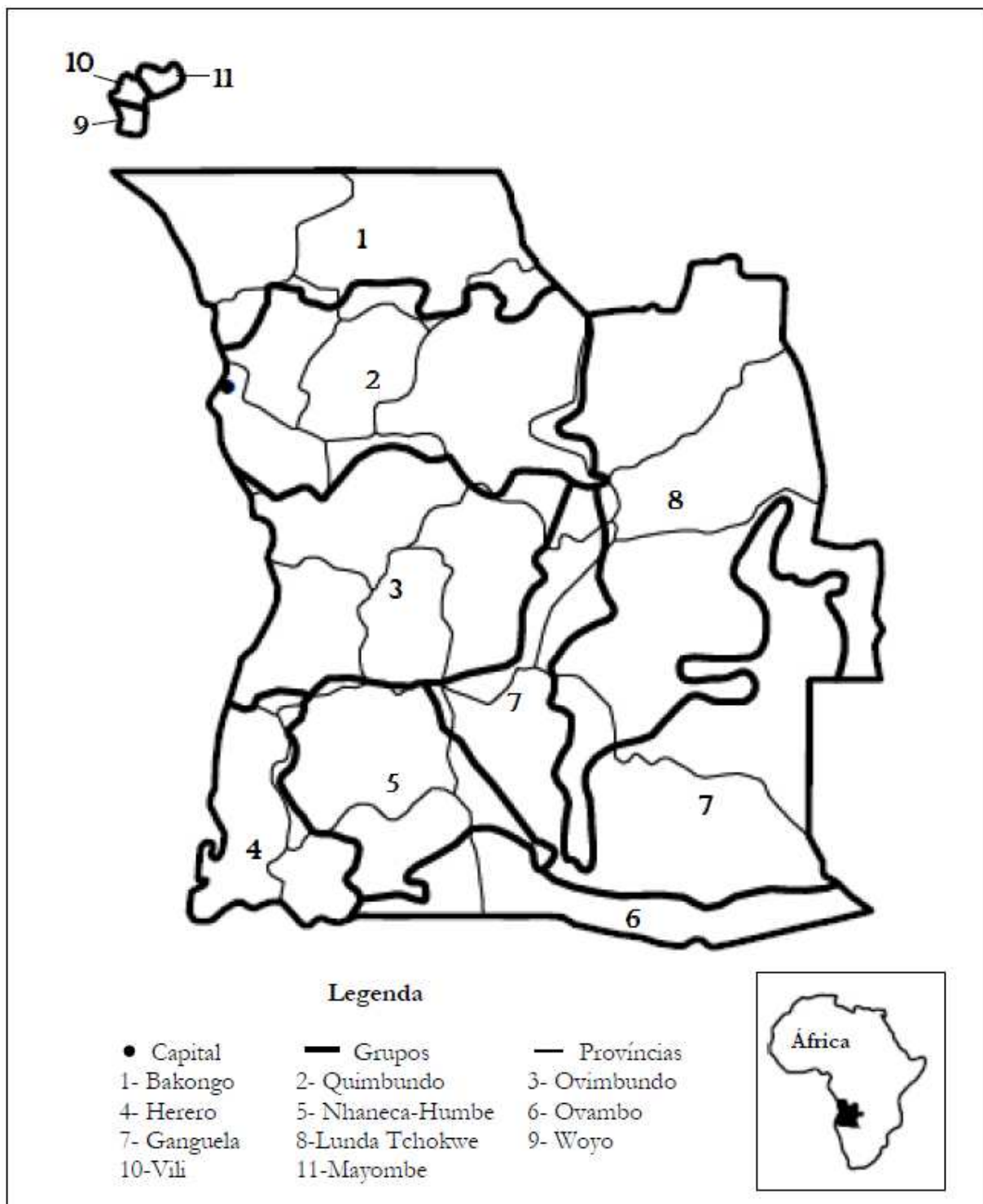
As regiões administrativas de Angola



Fonte: elaborado pela autora.

– Mapa 2 –

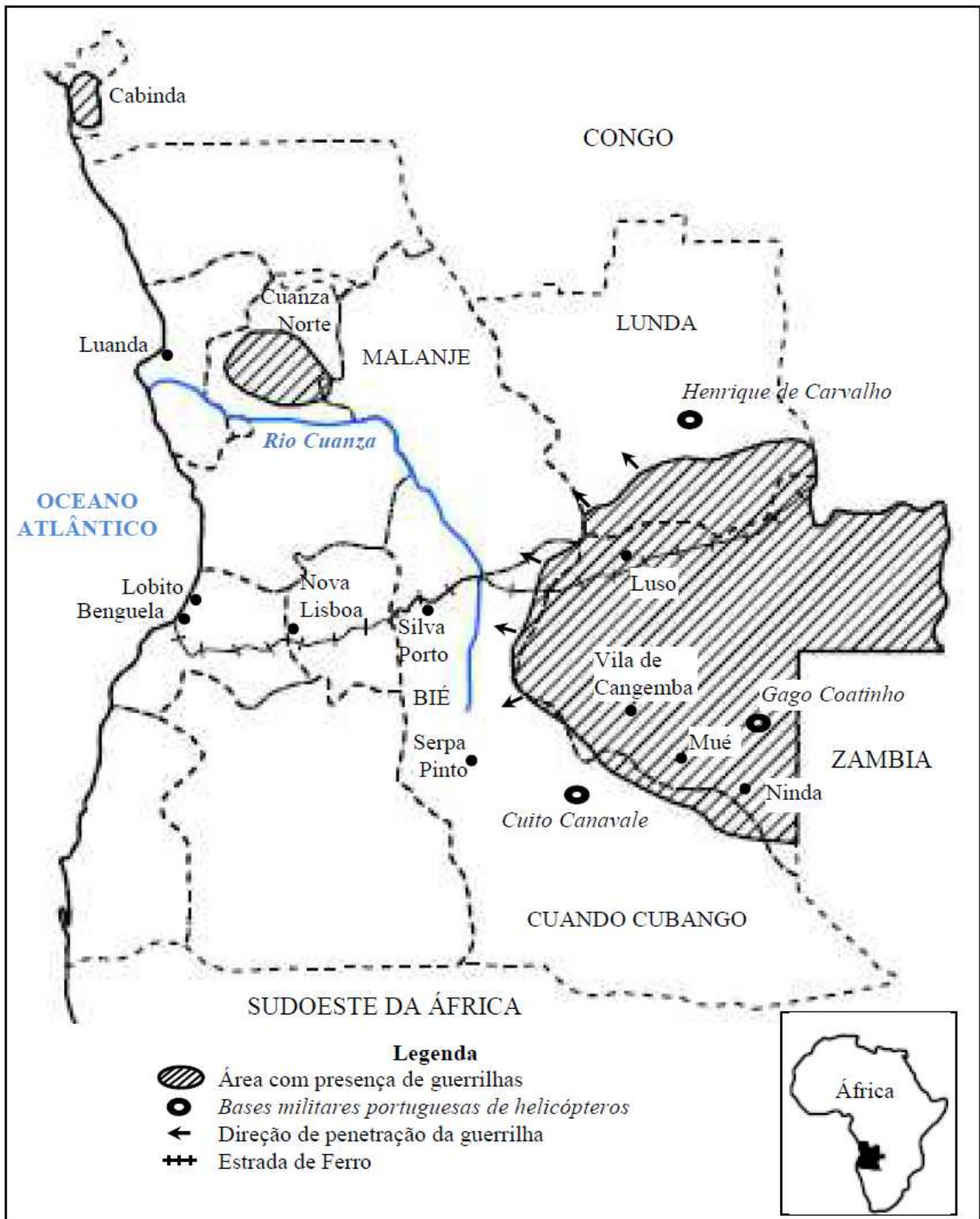
Mapa etno-lingüístico de Angola



Fonte: elaborado pela autora com base em PEIXOTO, 2009, p. 44.

– Mapa 3 –

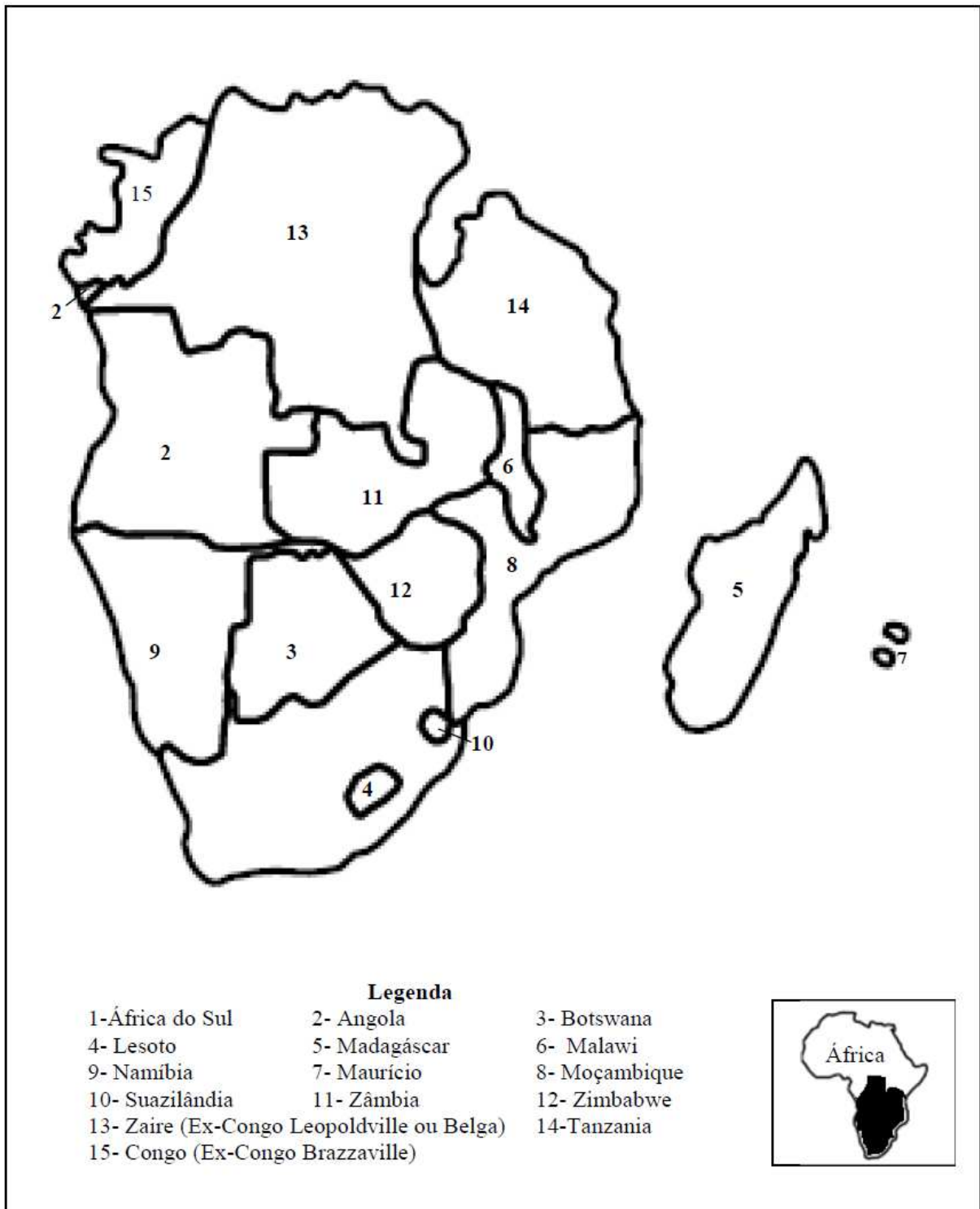
A ação de guerrilha do MPLA em 1969-1970



Fonte: elaborado pela autora com base em DAVIDSON, 1971, p. 39.

– Mapa 4 –

Mapa político da África Austral



Fonte: elaborado pela autora.

## Referências

### Acervos *on-line* de Organizações Oficiais

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA – Direção de Serviços de Documentação e Informação: Acervo *on-line* de Debates Parlamentares. Disponível em: <<http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>>

ONU. TERRITÓRIOS SOB ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA (1955-1974). Documentos da Assembléia Geral e Conselho de Segurança. Disponível em: <[http://www.guerracolonial.org/specific/guerra\\_colonial/documents\\_onu/un.swf](http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/documents_onu/un.swf)>

### Livros

ANDERSON, Perry. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARROS, Vitor. *Campos de Concentração de Cabo Verde*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

BENDER, Gerald J. *Angola, mito y realidad de su colonización*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1980.

BOAVIDA, Américo. *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

COSME, Leonel. *Cultura e Revolução*. Porto: Edições Afrontamento, 1978.

CHALIAND, Gerard. *Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1977.

CROWDER, Michael. A África sob domínio britânico e belga. In: UNESCO. *História Geral da África. Vol. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

DIOP, Mahjemout. A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português. In: UNESCO. *História Geral da África. Vol. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GENTILI, Anna Maria. *Colonialismo* [verbete]. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*, vol. I. 11ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

HERNANDEZ, Leila Leite. *África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2 ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOSE, Joveta. Angola: independência, conflito e normalização. In: MACEDO, Jose Rivair (org.). *Desvendando a História da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

M'BOKOLO, Elikia. A África Equatorial do Oeste. In: UNESCO. *História Geral da África. Vol. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

PANTOJA, Selma. SARAIVA, José Flávio S. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PELLISSIÉR, René. *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revolta*. Lisboa: Estampa, 1997

POUCHIN, Dominique (org.) Mário Soares. *Memória viva*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2003.

PRIORE, Mary Del. VENANCIO, Renato Pinto. *Ancestrais. Uma introdução à história da África*. 7ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ROCHA, Jofre. *Estórias do Musseque*. São Paulo: Ática, 1980.

UNESCO. *História Geral da África. Vol. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

VIEIRA, José Luandino. *A vida verdadeira de Domingos Xavier*. Lisboa: Ed. 70, 1988.

VISENTINI, Paulo *A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010)*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

\_\_\_\_\_. *A Guerra Fria. O desafio socialista à ordem americana*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

VISENTINI, Paulo. RIBEIRO, Luiz Dario. PEREIRA, Analúcia. *Breve História da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

### **Teses e Dissertações**

MIYAMOTO, Shiguenole. *Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico (geopolítica e política externa do Brasil pós-64)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. *Limites do ultramar português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PINHEIRO, Letícia. *Foreign policy decision-making under the Geisel government: The president, the military and the foreign policy*. Tese (Doutorado) – London School of Economics and Political Science, Londres, 1994.



SILVA, Márcia Maro da. *A Independência de Angola*. Tese (Doutorado) – Instituto Rio Branco, Brasília, 2008.

### Artigos e Periódicos

DAVIDSON, Basil. *Angola in the Tenth Year: A Report and an Analysis*, May-July 1970. African Affairs, Oxford University Press, Vol. 70, No. 278 (Jan., 1971), pp. 37-49. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/720155>> Acesso em: 10/10/2011

\_\_\_\_\_. *Congress Organisations and Revolutionary Movements: The Real Differences*. Review of African Political Economy, Taylor & Francis Group, No. 5 (Jan. - Apr., 1976), pp. 99-102. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3997812>> Acesso em: 24/10/2011

\_\_\_\_\_. *On Revolutionary Nationalism: The Legacy of Cabral*. Latin American Perspectives, Vol. 11, No. 2, (Spring, 1984), pp. 15-42 Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2633519>> Acesso em: 08/11/2011

\_\_\_\_\_. *Questions about Nationalism*. African Affairs, Oxford University Press, Vol. 76, No. 302 (Jan., 1977), pp. 39-46. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/722012>> Acesso em: 08/11/2011

\_\_\_\_\_. *South Africa and Portugal*. A Journal of Opinion, African Studies Association, Vol. 4, No. 2 (Summer, 1974), pp. 9-20. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1166266>> Acesso em: 24/10/2011

\_\_\_\_\_. *Thirty Years of Liberation Struggle*. Africa Today, Indiana University Press, Vol. 34, No. 4, Africa's Liberation Struggle: Retrospect and Prospect. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4186443>> Acesso em: 24/10/2011

BENDER, Gerald. *Angola, the Cubans, and American Anxieties*. Foreign Policy, Washington, No. 31 (Summer, 1978), pp. 3-30. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1148141>> Acesso em: 07/10/11

BITTENCOURT, Marcelo. *A criação do MPLA*. Estudos Afro-Asiáticos, 32: p. 185 – 206, Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, dezembro de 1997. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/projetos-de-pesquisa/independ%C3%A2ncia-de-angola/textos>> Acesso em: 03/10/11

\_\_\_\_\_. *A história contemporânea de Angola. Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4-9 de agosto de 1997). Luanda, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. pp. 161-185. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/projetos-de-pesquisa/independ%C3%A2ncia-de-angola/textos>> Acesso em: 03/10/11

\_\_\_\_\_. *Memórias da guerrilha: a disputa de um valioso capital*. História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº 2, junho de 1999, Rio de Janeiro, pp. 91-110.

Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/projetos-de-pesquisa/independ%C3%AAncia-de-angola/textos>> Acesso em: 03/10/11

\_\_\_\_\_. *Modernidade e atraso na luta de libertação angolana*. In: REIS, Daniel Aarão e ROLLAND, Denis (org.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2008. pp. 277-294. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/projetos-de-pesquisa/independ%C3%AAncia-de-angola/textos>> Acesso em: 03/10/11

DAVIS, Nathaniel. *The Angola Decision of 1975: A Personal Memoir*. *Foreign Affairs*, Vol. 57, No. 1 (Fall, 1978), pp. 109-124. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20040055>> Acesso em: 16/10/2011

ROAPE, Publications. *The Struggle in Angola*. *Review of African Political Economy*, No. 5 (Jan. - Apr., 1976), pp. 80-94. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3997810>> Acesso em: 16/10/2011

RODRIGUES, Luiz Nuno. *"Orgulhosamente Sós"? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960*. Comunicação apresentada ao 22º Encontro de Professores de História da Zona Centro, Caldas da Rainha. IPRI: 2004. Disponível em: <<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=140>> Acesso: 15, Set. 2011

HALLETY, Robin. *The South African Intervention in Angola, 1975-76*. *African Affairs*, Oxford, Vol. 77, No. 308 (Jul., 1978), pp. 347-386. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/721839>> Acesso em: 13/10/2011

LARRABEE, Stephen. *Moscow, Angola and the Dialectics of Détente*. *The World Today*, Royal Institute of International Affairs, Vol. 32, No. 5 (May, 1976), pp. 173-182. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40394921>> Acesso em: 24/10/2011

MARQUEZ, Gabriel Garcia. *Operation Carlota*. *New Left Review* I/101-102, January-April 1977. Disponível em: <<http://www.newleftreview.org/?page=article&view=945>> Acesso em: 24/10/2011

MELO, Ovídio de Andrade. *A independência de Angola*. *Comunicação&Política*, n.s., v.VII, n.2p.075-165. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2000-2%20075-133%20ovidio%20de%20andrade%20melo.pdf>> Acesso em: 05/09/2011

MINTER, William. *Allies in Empire: Part III: American Foreign Policy and Portuguese Colonialism*. *Africa Today*, Indiana, Vol. 17, No. 4, *Allies in Empire: The US & Portugal in Africa* (Jul. -Aug., 1970), pp. 34-36. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4185107> .> Acesso em: 02/10/2011

NOER, Thomas J. *International Credibility and Political Survival: The Ford Administration's Intervention in Angola*. *Presidential Studies Quarterly*, Center for the Study of the Presidency and Congress, Vol. 23, No. 4, (Fall, 1993), pp. 771-785. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27551153>> Acesso em: 02/10/2011

PINTO, João Alberto da Costa. *Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 – 1974)*. *HISTÓRIA*, São Paulo, 28 (1): 2009, pp. 445-482. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/his/v28n1/16.pdf](http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/16.pdf)> Acesso em: 12/09/2011

SMITH, Alan K. *António Salazar and the Reversal of Portuguese Colonial Policy*. The Journal of African History, Cambridge, Vol. 15, No. 4 (1974), pp. 653-667. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/180995>> Acesso em: 12/09/2011

SPEKTOR, Matias. *A abertura do acervo Azeredo da Silveira*. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 44, n.2, p. 193-197, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292001000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000200010)> Acesso em: 05/07/11

WALLERSTEIN, Immanuel. *Frantz Fanon: Reason and Violence*. Berkeley Journal of Sociology, California, Vol. 15 (1970), pp. 222-231. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41035178>> Acesso em: 20/10/2011

WHEELER, Douglas J. *"Angola Is Whose House?" Early Stirrings of Angolan Nationalism and Protest, 1822-1910*. African Historical Studies, Vol. 2, No. 1 (1969), pp. 1-22. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/216324>> Acesso em: 20/10/2011

WHITE, Brian. *The Concept of Detente*. Review of International Studies, Cambridge, Vol. 7, No. 3 (Jul., 1981), pp. 165-171. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20096917>> Acesso em: 20/10/2011